

UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE LETRAS



KNOWLEDGE LAW LIBRARY

UM PROJETO NA CMS-RUI PENA & ADVOGADOS

MARLA FILOMENA DE ALBUQUERQUE

Relatório de Estágio orientado pelo Prof. Doutor Carlos Guardado da Silva, especialmente elaborado para a obtenção do grau de Mestre em Ciências da Documentação e Informação

2021

RESUMO

O presente relatório de estágio resulta do trabalho que foi realizado no âmbito do estágio curricular do mestrado em Ciências da Documentação e Informação. O estágio curricular resultou da parceria estabelecida entre a Faculdade de Letras Universidade de Lisboa e a Sociedade de Advogados Rui Pena & Arnaut, e teve como propósito o desenvolvimento de uma biblioteca especializada na área do Direito, importante fonte de informação que pretende responder às necessidades informacionais dos seus utilizadores. Além deste objetivo, propusemo-nos ainda conhecer a estrutura orgânica da entidade produtora da informação, definir o perfil do utilizador de uma biblioteca especializada, identificar as características da coleção “Knowledge Law Library” e proceder à organização e representação dos recursos de informação (descrição catalográfica - ISBD 2011 e classificação - Classificação Decimal Universal).

No que concerne à metodologia do relatório de estágio, optamos por uma abordagem qualitativa, que inclui, como técnicas de apoio, a pesquisa bibliográfica, que abrange a recolha e a análise da bibliografia (método de análise documental) sobre o tema em estudo, perspetivando o enquadramento teórico a revisão de literatura, e a análise e interpretação dos dados. A metodologia qualitativa foi ainda complementada com outras técnicas de investigação, como é o caso da recolha de dados através do inquérito por questionário e o método de estudo orgânico funcional.

A efetivação destes objetivos levou-nos a concluir que a construção e o desenvolvimento de uma biblioteca especializada não é um processo fácil, no entanto, é essencial para o seu funcionamento e para a satisfação das necessidades dos seus utilizadores. Envolve, por isso, um conjunto de etapas que se iniciam no planeamento e findam na sua concretização. Neste processo, são considerados aspetos como a missão, a visão, os objetivos traçados pela biblioteca, a política de desenvolvimento das coleções, os recursos humanos, financeiros e técnicos afetos ao processo.

A Organização do Conhecimento (OC) contribui para este processo, pois torna-se indispensável para a representação ordenada do conhecimento, o que implica também a escolha de um método de descrição, formalização e representação do conhecimento, que no contexto das bibliotecas processa-se por intermédio dos Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC), que são desenvolvidos pela OC com o propósito de organizar os acervos da biblioteca e facilitar o seu acesso por parte dos utilizadores. Todos estes

elementos influenciam a tomada de decisões no que se refere à construção e ao desenvolvimento da biblioteca especializada.

PALAVRAS-CHAVE

Biblioteca, biblioteca especializada, gestão da informação, política de desenvolvimento de coleções, organização do conhecimento.

ABSTRACT

This internship report results from the work that was carried out within the curricular internship scope of Master's degree in Documentation and Information Sciences. The curricular internship ensued from the partnership established between the Faculdade de Letras Universidade de Lisboa and the Law Firm Rui Pena & Arnaut, aiming the development of a library specialised in the Law area, an important source of information to respond to all users' informational needs. Moreover, we have also proposed to know the organic structure of information producers, as well as to define the user's profile of a specialised library, to identify the characteristics of the Knowledge Law Library collection and proceed with the information resources' organisation and representation (description cataloguing – ISBD 2011 and classification – Universal Decimal Classification).

In what concern to this internship report methodology, we opted for a qualitative approach, which includes, as support techniques, a bibliographic research, which covers the bibliography collection and analysis (documental analysis method) on the subject under study, foreseeing the theoretical framework, literature review, and data analysis and interpretation. The qualitative methodology was also complemented with other research techniques, such as the data collection through a questionnaire survey and the functional organic study method.

The accomplishment of these goals led us to conclude that the construction and development of a specialised library is not an easy process, although essential for its effectiveness and also to meet all its users' needs. Therefore, it involves a set of steps that start in the planning and end in its implementation. In this process all the aspects are considered, such as the mission, the vision, the objectives outlined by the library, the collections' development policy, the human, financial and technical resources related to the process.

The Knowledge Organisation (KO) contributes to this process, for it becomes essential to the knowledge ordered representation, which also implies the choice of a description method, knowledge formalisation and representation, which within the libraries context is processed through the Knowledge Organisation Systems (KOS), also developed by the KO, so to organise the library's collections and facilitate their access by

the users. All of these elements influence decision-making concerning the specialised library construction and development.

KEYWORDS

Library, specialised library, information management, collections development policy, knowledge organisation.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos pilares da minha vida...

Os meus pais, os irmãos, e o esposo por estarem sempre presentes, por serem a minha
força, e a minha maior fonte de inspiração.

AGRADECIMENTOS

O percurso para a realização deste trabalho teve início na formação que foi adquirida no âmbito do Mestrado em Ciências da Documentação e Informação e acabou por culminar na sua concretização. Por isso, não posso deixar de agradecer a todos os intervenientes que direta ou indiretamente apoiaram-me nesta trajetória, que também foi marcada por momentos difíceis.

Começo por agradecer ao meu orientador de estágio, o Professor Doutor Carlos Guardado da Silva, pela sua disponibilidade, conselhos e orientação, e pela leitura crítica do trabalho, que tornaram possível a efetivação deste estudo.

A toda a equipa de professores do mestrado que, através da partilha de conhecimento proporcionaram uma aprendizagem de excelência, responsável também por tornar real este trabalho.

Aos meus colegas do mestrado, pela troca de experiências, pela dinâmica sempre positiva demonstrada perante todos os desafios que foram sendo propostos no âmbito do mestrado.

À Sociedade de Advogados Rui Pena & Arnaut pela forma como fui recebida pela instituição, pela amabilidade e apoio prestado, durante a realização do estágio curricular.

À minha família por acreditar sempre em mim, por estar sempre ao meu lado, e apoiar-me em todos os momentos inclusive os mais complicados. Ainda um especial agradecimento, aos meus pais pelo apoio pessoal e financeiro prestado durante todo este percurso.

Ao meu esposo o mais profundo agradecimento e o sincero desejo de no futuro poder também corresponder a toda atenção, dedicação, e ajuda prestadas durante a elaboração deste trabalho.

SUMÁRIO

RESUMO	i
ABSTRACT	iii
DEDICATÓRIA.....	v
AGRADECIMENTOS	vii
SUMÁRIO.....	viii
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS	ix
ÍNDICE DE FIGURAS	x
INTRODUÇÃO.....	11
1. A BIBLIOTECA ESPECIALIZADA E A ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO: REVISÃO DA LITERATURA	15
1.1. Biblioteca Especializada: conceito e papel	15
1.2. Desenvolvimento de coleções e Política de desenvolvimento de coleções: evolução e conceitos	22
1.3. Organização do Conhecimento: conceito e domínio	27
1.4. Organização do Conhecimento e a Biblioteca	32
2. METODOLOGIA.....	34
3. ESTUDO ORGÂNICO-FUNCIONAL.....	38
3.1. CMS Rui Pena & Arnaut - Sociedade de Advogados.....	38
3.2. Objetivos do estágio curricular: “Knowledge Law Libary”	42
3.3. Biblioteca CMS Rui Pena & Arnaut	46
4. TAREFAS DESEMPENHADAS DURANTE O ESTÁGIO CURRICULAR.....	50
CONCLUSÃO.....	56
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	63
APÊNDICE A - Questionário CMS Rui Pena & Arnaut	68

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CDD - Classificação Decimal *Dewey*

CDU – Classificação Decimal Universal

DC – Desenvolvimento de Coleções

IFLA - International Federation of Library Associations

ISBD – *International Standard Bibliographic Description*

ISKO – The International Knowledge Organization

KO – *Knowledge Organization*

KOS - *Knowledge Organization Systems*

OC – Organização do Conhecimento

SLA - Special Libraries Association

SOC – Sistemas de Organização do Conhecimento

SKOS - *Simple Knowledge Organization System*

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Processo de desenvolvimento de coleções - Modelo Estruturalista (Baughman 1977, adaptado por Luz, 2013, p.20)-----	24
Figura 2. Processo de desenvolvimento de coleções - Modelo Sistémico (Evans, 2000, adaptado por Luz, 2013, p.20)-----	25
Figura 3. Desbaste da coleção - Biblioteca CMS Rui Pena & Arnaut-----	51
Figura 4. Inventariação de obras - Biblioteca CMS Rui Pena & Arnaut-----	52
Figura 5. Biblioteca CMS Rui Pena & Arnaut (Direito do Trabalho)-----	52
Figura 6. Biblioteca CMS Rui Pena & Arnaut (Direito do Trabalho)-----	53
Figura 7. Resumo de tarefas desempenhadas no âmbito do Estágio Curricular -----	55
Quadro 1. Conceito Biblioteca Especializada-----	16

INTRODUÇÃO

Na Sociedade moderna, a informação para além de ser um recurso importante e de fácil acesso tornou-se um fator vital para o desenvolvimento individual e coletivo. Neste contexto, as bibliotecas especializadas assumem o importante papel de agentes disseminadores da informação, pois, para além de promoverem o seu acesso, auxiliam no processo de transformação da informação em conhecimento, contribuindo por um lado para a concretização dos objetivos estipulados, por outro para a evolução da organização da qual fazem parte.

As bibliotecas especializadas emergiram no século XX, tendo como maior período de expansão e desenvolvimento o final da Segunda Guerra Mundial, marcado também pela explosão de informação (Figueiredo, 1979, p.10). Como qualquer biblioteca especializada, também o projeto biblioteca especializada, desenvolvido na Sociedade de Advogados CMS Rui Pena & Arnaut tem como objetivo «disseminar informações confiáveis para a tomada de decisão de seus membros no intuito de subsidiar estratégias e ações jurídicas para atender a sociedade» (Vilela et al., 2018, p. [9]). As bibliotecas especializadas, assumem por isso, um importante papel estratégico para as organizações na medida em que tornam acessível o conhecimento (Miranda, 2018, p. 96).

O processo de construção de uma biblioteca é complexo, no entanto, fundamental quer para o funcionamento da biblioteca, quer para a satisfação das necessidades dos seus utilizadores. Envolve ainda um conjunto de etapas, que vão desde o seu planeamento até à sua concretização e avaliação. Neste sentido, são considerados fatores como a missão, a visão, os objetivos da biblioteca, a política de desenvolvimento das coleções, sem esquecer os recursos humanos, financeiros e técnicos afetos ao processo.

A Organização do Conhecimento (OC) contribui de igual modo para este processo, na medida em que se torna indispensável para a representação ordenada do conhecimento, o que implica a escolha de um método de organização e representação do conhecimento. No contexto das bibliotecas, esta ligação processa-se por meio dos Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC). Os SOC são desenvolvidos pela OC com a finalidade de organizar os acervos da biblioteca e facilitar o seu acesso por parte dos utilizadores. Todos estes aspetos são importantes e consubstanciam a tomada de decisões no âmbito do processo de construção e desenvolvimento da biblioteca especializada.

Com o presente relatório de estágio, pretendeu-se dar a conhecer o projeto “Knowledge Law Library”, o trabalho que foi realizado no âmbito do estágio curricular, tendo em vista o cumprimento dos objetivos que foram delineados, no planeamento do estágio e na escrita do relatório de estágio.

«Uma investigação pode ser definida como sendo o melhor processo de chegar a soluções fiáveis para problemas, através de recolhas planeadas, sistemáticas e respetiva interpretação de dados» (R. J. P. Miranda, 2009, p. 33).

Nesse sentido começámos por definir a base metodológica, da qual optamos por uma abordagem qualitativa em que o investigador limita-se a observar, a descrever, e a interpretar o meio e o fenómeno da forma como se apresenta, sem procurar controlá-lo (Fortin, 2003, p. 22). Optamos também pelo método de pesquisa e análise documental sobre o tema em análise, que serve de base teórica para a revisão da literatura, a análise e interpretação dos dados. Foi ainda possível definir o perfil do utilizador de uma biblioteca especializada, identificar as características da coleção *Knowledge Law Library*, e a organização e representação dos recursos de informação (descrição catalográfica - ISBD 2011 e classificação CDU). A análise documental ou «investigação documental é frequentemente usada na triangulação de métodos (...), na combinação de métodos e técnicas distintos no estudo de um mesmo fenómeno (Denzin, 1970, p. 291, cit. por Silva, p. 1), como as observações e os inquéritos (por questionário ou por entrevista), de modo a reforçar a credibilidade da investigação» (Silva, 2021, p.1). O inquérito por questionário foi a técnica de apoio por nós utilizada que permitiu a recolha e análise de dados sobre a estrutura e organização da biblioteca CMS Rui Pena e Arnaut.

No que concerne à estrutura do trabalho, este divide-se essencialmente em quatro capítulos: o primeiro capítulo é dedicado à revisão de literatura; o segundo capítulo aborda a metodologia utilizada na elaboração deste trabalho; no terceiro capítulo, realiza-se o estudo orgânico e funcional, e a análise sistémica da biblioteca; no quarto capítulo, é feita a apresentação do trabalho que foi realizado durante o estágio, discutindo as opções; segue-se a conclusão em que se inclui a apreciação crítica da experiência do estágio realizado.

O primeiro capítulo é dedicado à revisão de literatura, que serve de base teórica para tratar e desenvolver o tema escolhido. Este processo inicia-se com o levantamento e a análise do que já foi publicado sobre o tema, o que permite «obter conhecimento sobre os trabalhos existentes e disponíveis na (...) área» (Denscombe, 1998, cit. por Guardado da Silva, 2021). Pretende-se, neste capítulo, compreender o processo evolutivo das

bibliotecas especializadas, a importância das mesmas na sociedade de informação, a forma como são geridas as coleções, a relação e o impacto que a organização do conhecimento têm nestes sistemas de informação (bibliotecas). Para a sua realização, optamos pela pesquisa, que foi feita em bases de dados de referência como os Repositórios Científicos de Acesso Aberto de Portugal (RCAAP) e a Biblioteca do Conhecimento *Online* (B-On). Foram utilizados para o efeito os termos ‘biblioteca’, ‘biblioteca especializada’, ‘gestão da informação’, ‘política de desenvolvimento de coleções’ e, ‘organização do conhecimento’. A escolha dos textos permitiu não só recuar a 1978 como também pesquisar textos de datas referentes aos últimos cinco anos.

No segundo capítulo vamos abordar a metodologia utilizada na elaboração deste trabalho. «Num processo de investigação deve explicar-se, detalhadamente, os princípios metodológicos e métodos a utilizar» (R. Miranda, 2009, p.33). Logo a metodologia adotada para a concretização deste estudo implicou a aplicação de um conjunto de técnicas e procedimentos que englobaram o planeamento do projeto, a seleção, a recolha e a análise da bibliografia (análise documental), a recolha e organização de dados, e a análise de dados recolhidos. Como técnica de apoio à análise documental foi feito ainda um inquérito por questionário dirigido aos responsáveis da biblioteca CMS Rui Pena & Arnaut. A concretização do estudo orgânico-funcional permitiu-nos também «conhecer, de forma aprofundada, a orgânica e as funções da entidade produtora» (C. Silva, 2015, p. 25), neste caso a Sociedade de Advogados Rui Pena & Arnaut.

Em relação ao terceiro capítulo, propusemo-nos elaborar, o estudo orgânico-funcional da instituição CMS Rui Pena e Arnaut, e a análise sistémica da Biblioteca. O estudo orgânico-funcional da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, preconizado pelas autoras Fernanda Ribeiro e Maria Eugénia Fernandes (2001), serve de exemplo para a realização deste trabalho. Não obstante, foram também procurados outros estudos, em que o objetivo consiste em conhecer a estrutura orgânica e as funções da entidade produtora, de modo a percebermos o contexto de produção, consumo e comunicação da informação.

No quarto capítulo é apresentado todo o trabalho que foi realizado no estágio curricular, em sintonia com os objetivos que foram traçados no âmbito da parceria estabelecida entre a Sociedade de Advogados CMS Rui Pena & Arnaut e a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. A catalogação decorreu em conformidade com as normas de descrição catalográfica ISBD 2011 e classificação CDU.

Nas Referências bibliográficas encontra-se a bibliografia consultada durante o processo investigativo, que serviu de base à análise dos diversos aspetos do relatório de estágio.

1. A BIBLIOTECA ESPECIALIZADA E A ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO: REVISÃO DA LITERATURA

1.1. Biblioteca Especializada: conceito e papel

A Sociedade da informação surgiu graças ao progresso científico e tecnológico iniciado no fim da Segunda Guerra Mundial e diz respeito à sociedade atual em que a informação, para além de posicionar-se como o elemento fulcral, tornou-se um recurso de fácil acesso fundamental ao desenvolvimento individual e coletivo.

As tecnologias de informação e comunicação foram responsáveis pelo aparecimento de um novo paradigma social «descrito por alguns autores como sociedade da informação ou sociedade em rede» (Coutinho & Lisbôa, 2011, p. 5), onde o fluxo de informação é intenso e está em constante mutação, criando um mundo de oportunidades.

A biblioteca «independentemente da tipologia, é um local privilegiado para aceder a essa informação, assumindo um importante papel de auxílio do processo de transformação dessa informação em conhecimento» (Luz, 2013, p.13). O conhecimento é também renovado continuamente, obrigando as bibliotecas a manterem as suas coleções atualizadas.

As bibliotecas têm vindo a ganhar, ao longo dos séculos, expressão e importância no seio da sociedade, sendo vistas como espaços de divulgação científica, afirmando-se, de acordo com Regedor, nas mais diversas vertentes como «educativa, instrutiva, cultural, erudita, popular ou, inclusivamente, ideológica, informativa, formativa, lúdica e patrimonial (...). A origem, as tipologias, as características, as técnicas de tratamento, a custódia documental e o relacionamento com os públicos desenvolvem-se em movimentos consonantes e ajustam-se em conformidade com os modelos de desenvolvimento e práticas bibliotecárias adotadas» (2014, p. 12)

O tipo de biblioteca pode ser definido, segundo Henkle (1952, p. 169) de acordo com duas características: o tipo de utilizador e a natureza da coleção. A primeira característica é predominante, pois o tipo de clientela determina a coleção e, conseqüentemente, a organização, os recursos informacionais, a tecnologia de informação e comunicação e, por conseguinte, os serviços e produtos disponibilizados. Desta forma,

podemos encontrar, diferentes sistemas bibliotecários, tendo cada um «similitudes e especificidades decorrentes da sua clientela particularizada» (Caribe, 2017, p. 192).

As bibliotecas especializadas surgiram no início do século XX, em resposta ao desenvolvimento científico e tecnológico. Tiveram como maior estímulo de crescimento e expansão o final da Segunda Guerra Mundial marcado também pela explosão de informação (Figueiredo, 1979, p.10). Atualmente, as bibliotecas especializadas são agentes disseminadores de conhecimento, que «cumrem um papel estratégico para a moderna organização, pois compete-lhes tornar acessível qualquer conhecimento ou experiência» (Miranda, 2018, p. 96) e, desta forma, acabam por contribuir para a evolução da organização da qual estão inseridas.

A sua localização pode variar entre instituições públicas (ministérios, autarquias, empresas públicas), entidades privadas (instituições particulares de investigação, bancos, seguros) e empresas dos vários setores de atividade, como é o caso da indústria transformadora, das empresas prestadoras de serviços (escritórios de engenharia, advocacia, consultoria), comércio entre outros (Figueiredo, 1979, p. 11).

Podemos encontrar diferentes perceções, definições e termos na literatura sobre este sistema de informação, desde biblioteca especializada, centro de informação, centro de documentação, a biblioteca de investigação. Apesar da variedade de termos, a biblioteca especializada é uma «unidade de informação que se dedica à organização e disseminação de informações sobre um assunto ou grupo de assuntos em particular» (Caribe, 2017, p. 193), que foi criada para responder às necessidades de informação dos seus utilizadores.

Quadro 1. Conceito Biblioteca Especializada

AUTOR	CONCEITO
ASHWORTH (1967, p.. 632)	«A biblioteca especializada é uma biblioteca quase exclusivamente dedicada a publicações sobre um assunto ou sobre um grupo de assuntos em particular. Inclui também coleções de uma espécie particular de documentos.»
FIGUEIREDO (1978, p. 156)	«As bibliotecas especializadas diferenciam-se por sua estrutura orientada ao assunto, uma vez que as organizações (...) nas quais

	se inserem, têm normalmente objetivos mais específicos que gerais.»
LARSON (1983, p. 475)	«Bibliotecas especializadas podem incluir coleções sobre um único assunto ou um grupo de assuntos relacionados.»
GÓMEZ HERNÁNDEZ (2002, p. 333)	«Considera biblioteca especializada aquela cuja coleção está focada num assunto ou numa específica área do conhecimento científico.»
MIRANDA (2007, p. 88)	«As bibliotecas especializadas são constituídas por acervo que visa suprir as necessidades da organização à qual se encontram inseridas, apesar de incluir sempre um certo número de obras sobre áreas afins ou relacionadas.»
REVEZ (2019, p. 97)	«Um espaço de trabalho, de descoberta, de recolha e análise de dados, da organização da informação e de criação de conhecimento.»

Fonte : Adaptado de Miranda (2018, p. 97) e atualizado pela autora

O quadro anterior reflete a evolução do conceito biblioteca especializada, em que os autores começaram por dar importância à coleção, e à satisfação das necessidades da organização da qual a biblioteca faz parte. Na atualidade Revez (2019, p. 97), caracteriza a biblioteca especializada como sendo um espaço de trabalho, voltado para a recolha e análise de dados, organização da informação e criação de conhecimento.

Inicialmente, o papel da biblioteca especializada estava reduzido à função de um repositório, que operava como um local centralizador de informação. No entanto, com o decorrer do tempo, surgiram as funções de referência e fornecimento de informação. Não obstante, com a massificação de informação e o conhecimento gerado no início do século XX, as bibliotecas especializadas confrontaram-se com uma nova realidade da qual tiveram de se adaptar para responderem às solicitações dos seus utilizadores, constituídos por uma clientela especializada cada vez mais exigente, formada por investigadores, cientistas de diversas áreas do conhecimento. Deste modo, para além das bibliotecas reunirem os materiais e promoverem o acesso à informação, passaram a disseminar a informação contida nos documentos e alargaram igualmente a gama de serviços prestados à sua comunidade (Caribe, 2017, p. 193).

Aos tradicionais serviços de pesquisa e empréstimo, as bibliotecas especializadas passaram também a oferecer, segundo Larson,

information services, bibliographic services, online search services, document delivery services, indexing services, abstracting services, publishing and alerting services, translation services, clipping services, and records management and archival functions. (Larson, 1983, p. 477)

Nas palavras de Cesarino (1978), replicadas por Caribe (2017, p.193), a ampliação de serviços ocorreu sobretudo no campo da pesquisa científica, espaço onde os serviços de informação se desenvolveram para desempenharem a função de prestação de informação aos utilizadores da biblioteca.

«(...) the principal function of the library staff is to provide a depth of personal service to users which will save their time and energies for their real working functions» (Larson, 1983, p. 476). Depreende-se pelas palavras de Larson (1983), que as funções desempenhadas pelos bibliotecários não ficaram imunes a esta nova realidade. Sobre este assunto, a *Special Libraries Association* (SLA) considera que os profissionais da informação têm a responsabilidade de atender às necessidades de informação e conhecimento da sua entidade e comunidade. Para que tal aconteça, a organização global para profissionais da informação sem fins lucrativos, sugere que seja fornecido um conjunto diversificado de serviços,

based on an understanding of human information behavior and holistic assessment of the community or organization they serve. (...) They also enable knowledge sharing through interpersonal contact and relationships. Their work may address any aspect of human engagement with information and knowledge, including the identification of information needs, discovery and retrieval, analysis and synthesis, sharing, management, organization, and preservation.¹

Na sociedade atual, a informação e o conhecimento são essenciais para o desenvolvimento das organizações modernas. Nesse sentido, a SLA redigiu um documento no qual definiu um conjunto de competências, que os bibliotecários terão de desenvolver perante as transformações tecnológicas, e as exigências informacionais despoletadas por uma sociedade que considera a informação um elemento essencial. Este

¹ SLA Connecting Information Professionals, Competencies for Information Professionals. Consultado em Julho 12, 2020 em: <https://www.sla.org/about-sla/competencies/>

documento identificava inicialmente as competências profissionais e pessoais. No entanto, foi alterado em 2016, passando a estabelecer que as competências sejam desenvolvidas no âmbito dos serviços de informação e conhecimento, dos sistemas e tecnologia da informação e conhecimento, na gestão dos recursos de informação e conhecimento, na recuperação e análise de informações de dados, na organização de dados, nas informações e ativos de conhecimento, e ética da informação:

Many special libraries provide services exclusively to their own organizations and are not open to the public except through special arrangement. There may be, in fact, situations in which information or a certain part of the collection is regarded as proprietary or confidential and accessible only to designated individuals on a need-to-know basis. (Larson, 1983, p. 476).

Os serviços facultados pelas bibliotecas especializadas ganharam uma nova dimensão ao ponto de Vormelker considerar que

the distinguishing characteristic of special librarianship is service. It is service which stops at nothing short of producing, on request or without request, information which is needed, at the time it is needed, in the form in which it is needed, and in a manner, which inspires confidence and respect for the librarian on the part of the user (Vormelker, 1952, p. 200).

Larson enfatiza, do mesmo modo, o papel dos serviços ao rever-se nas palavras de Ashworth, que considera que a característica que distingue a biblioteca especializada das demais,

is established to obtain and exploit specialized information for the private advantage of the organization which provides its financial support, whether the parent organization is a government agency, business or industrial company or group of companies, a nonprofit organization, private society or institution, a research association, or a hospital (Larson, 1983, p. 476).

Nice Figueiredo apresenta-nos uma perspectiva diferente sobre o que distingue as bibliotecas especializadas das restantes bibliotecas. Para a autora, as bibliotecas especializadas diferenciam-se pela estrutura orientada por assunto e pelos objetivos específicos e reguladores de toda a atividade da biblioteca dentro das áreas de conhecimento abrangidas pela instituição da qual fazem (Figueiredo, 1979, p. 10).

Larson (1983, p. 476), por seu turno, enumera como elementos diferenciadores a dimensão da biblioteca, que se caracteriza por ser um espaço mais reduzido, o tamanho da coleção igualmente mais pequeno em comparação com outras bibliotecas, menor número de profissionais afetos à biblioteca, e utilizadores formados e focalizados em objetivos coincidentes com os objetivos da instituição.

À semelhança de Figueiredo (1978) e Larson (1983), também Gómez Hernández (2002) considera que existem outros aspetos para além dos serviços, que permitem diferenciar a biblioteca especializada das restantes bibliotecas. O autor, na sua obra *Gestión de bibliotecas*, publicada em 2002, serve-se das palavras de Vellosillo Gonzalez (1996, p. 334, cit. por Hernández, 2002) para enumerar os fatores diferenciadores, considerando para efeito:

- La tipología y tratamiento de los documentos;
- Los usuarios, con una formación elevada y unos requerimientos de información muy exigentes;
- Los profesionales de la gestión de la biblioteca suelen tener una formación específica en el área temática;
- Su funcionamiento activo y continua especialización;
- La conexión frecuente con otras bibliotecas, centros e instituciones;
- El alto grado de automatización de los servicios, para posibilitar mejor recuperación de la información;
- El pequeño tamaño, en cuanto a colección, espacio y personal (Hernández, 2002, p. 334).

As diferentes perspetivas de autores como Nice Figueiredo, Larson, Gómez Hernández permitem, por um lado, caracterizar as bibliotecas especializadas, por outro, diferenciá-la em relação às demais tipologias de bibliotecas.

«A biblioteca especializada adquire, organiza, mantém, utiliza e dissemina os materiais informativos afins às atividades da organização.» (Figueiredo, 1978, p. 157). Estes objetivos serão exequíveis desde que as bibliotecas especializadas desenvolvam, e cumpram um conjunto de funções. Gómez Hernández (2002, p.337) e Miranda (2018, p. 98) destacam as seguintes funções:

- Fornecer informação de forma rápida e eficaz, focalizada numa área do conhecimento, de modo a colmatar as necessidades informacionais dos seus utilizadores;
- Realizar um tratamento exaustivo da documentação, ampliando os recursos de recuperação da informação;
- Disseminar seletivamente a informação;

- Garantir o acesso a bases de dados especializadas em concordância com a temática e o nível de interesse dos utilizadores;
- Assegurar a recuperação de informações sobre assuntos específicos e de áreas relacionadas.

No decorrer da elaboração da revisão de literatura, referimos que as bibliotecas especializadas estão por um lado orientadas para a satisfação das necessidades informacionais dos seus utilizadores, por outro focalizadas na evolução e no crescimento da organização da qual fazem parte. Mas para que tal aconteça, este sistema de informação terá a responsabilidade de garantir a coleção, e preservar a ligação com outros sistemas de informação, «bibliotecas congêneres, centros de documentação, e redes de informação» (Miranda, 2018, p. 98).

As bibliotecas especializadas distinguem-se também dos restantes sistemas bibliotecários pelas características do «acervo bastante diversificado» (Figueiredo, 1978, cit. por Miranda, 2018, p. 97). Logo a necessidade de manutenção da coleção, juntamente com a necessidade de responder às solicitações de uma clientela exigente obrigam à elaboração de uma política, que permita a gestão equilibrada das coleções.

«(...) na Era do Conhecimento – percebe-se que as bibliotecas especializadas atuam como importantes disseminadores do uso da informação para os membros das organizações.» (Miranda, 2018, p. 88). Esta afirmação de Miranda ilustra, por um lado, a importância do conhecimento, por outro, o papel das bibliotecas especializadas.

As bibliotecas especializadas são importantes fontes de conhecimento, que procuram antes de mais responder às necessidades informacionais dos seus utilizadores, e, por esse motivo, possuem quer objetivos bem definidos, coincidentes com os objetivos estabelecidos pela instituição da qual fazem parte, quer uma política de desenvolvimento de coleções, que lhes permite a formação e a adequação do acervo bibliográfico em termos de conteúdo e formato.

As coleções não estão estagnadas, pelo contrário devem «ser um recurso dinâmico, que obriga à entrada constante de novos materiais e aconselha à saída dos materiais menos utilizados e procurados, desatualizados e gastos» (Ferreira, 2018, p.62). As coleções precisam também de evoluir de forma harmoniosa para responderem às necessidades de uma clientela, exigente, pertencente à instituição da qual a biblioteca está subordinada. Logo ressalta-se o dever de as bibliotecas especializadas, enquanto provedoras de informação, e agentes disseminadores de conhecimento, estabelecerem políticas e definirem normas, que promovam o seu desenvolvimento equilibrado.

O presente capítulo de revisão da literatura constituiu o suporte teórico para o desenvolvimento do estudo da biblioteca de direito inserida na tipologia de biblioteca especializada, constituída por documentos produzidos na área de Direito.

Tem como função social os mesmos princípios adotados na área da Ciência do Direito, (...) onde a biblioteca tem a função de disseminar informações confiáveis para a tomada de decisão de seus membros no intuito de subsidiar estratégias e ações jurídicas para atender a sociedade. (Vilela et al., 2018, p. [9])

1.2. Desenvolvimento de coleções e Política de desenvolvimento de coleções: evolução e conceitos

O processo de Desenvolvimento de Coleções (DC) não é recente, nem fruto da sociedade de informação. A sua origem remonta à antiguidade, onde a prática da seleção de obras destinadas a formação de coleções em bibliotecas era uma constante. Este processo envolve os responsáveis das bibliotecas, que procuram responder perante as necessidades informacionais dos utilizadores de maneira eficaz, por meio da utilização de recursos informacionais locais, ou através da colaboração com outras instituições, ou seja, a denominada partilha de recursos (Luz, 2013, p. 18).

O Desenvolvimento de Coleções decorre ainda em sintonia com o tipo de biblioteca e desenvolve-se por etapas como a avaliação das necessidades informacionais sentidas e declaradas pelos utilizadores, a elaboração de uma política que sirva de orientação para o desenvolvimento da coleção. No decorrer deste processo, para além da definição de etapas, «outros fatores deverão ser levados em conta, como a gestão do espaço físico (...), os recursos financeiros disponíveis, (...), a atualidade da informação, o acompanhamento das tecnologias da informação e comunicação» (Luz, 2013, p. 18).

Na opinião de Vergueiro, com a evolução das atividades de desenvolvimento de coleções, surgiram «propostas de modelos para a operacionalização de desenvolvimento de coleções, bem como a necessidade de se particularizar as abordagens segundo a tipologia das bibliotecas» (Vergueiro, 1993, p. [1]). Nesse sentido, Vergueiro (1993), no seu artigo intitulado “Desenvolvimento de coleções: uma nova visão para o planeamento de recursos informacionais,” propõe-nos alguns modelos que identificam planos ou políticas de Desenvolvimento de Coleções:

- Na abordagem proposta por Hendrik Edelman (cit. por Vergueiro, 1993), o autor considera a existência de uma hierarquia entre os termos desenvolvimento de

coleções, seleção e aquisição. Estabelece que no primeiro nível, «estaria o desenvolvimento de coleções entendido de maneira ativa, como uma função de planeamento», no qual propõe a existência de um plano ou política de desenvolvimento de coleções, que detalhe os objetivos de curto e longo prazo da biblioteca em relação à coleção. «No segundo nível, estaria a seleção como função direta do desenvolvimento de coleções, isto é, o processo de tomada de decisões relacionadas com a implementação dos objetivos anteriormente estabelecidos. (...) No terceiro nível desta hierarquia, estaria a aquisição, entendida, agora, como a implementação das decisões de seleção. É o processo que, na prática, torna realidade palpável decisões tomadas na seleção». Apesar de hierarquizar os elementos componentes do desenvolvimento de coleções, o autor admite que os mesmos estão em constante interação e sobreposição.

- James C. Baughman considera que a estrutura do plano DC é composta por três componentes: uso, conhecimento, biblioteconomia. A relação entre estes três componentes gera o DC. Nesse sentido, o DC vai resultar da interseção entre o planeamento da coleção, implementação da coleção e avaliação da coleção. O autor considera ainda que a interseção destes conceitos leva a um sistema complementar, que pode ser cíclico e auto aperfeiçoável (Baughman, 1977):

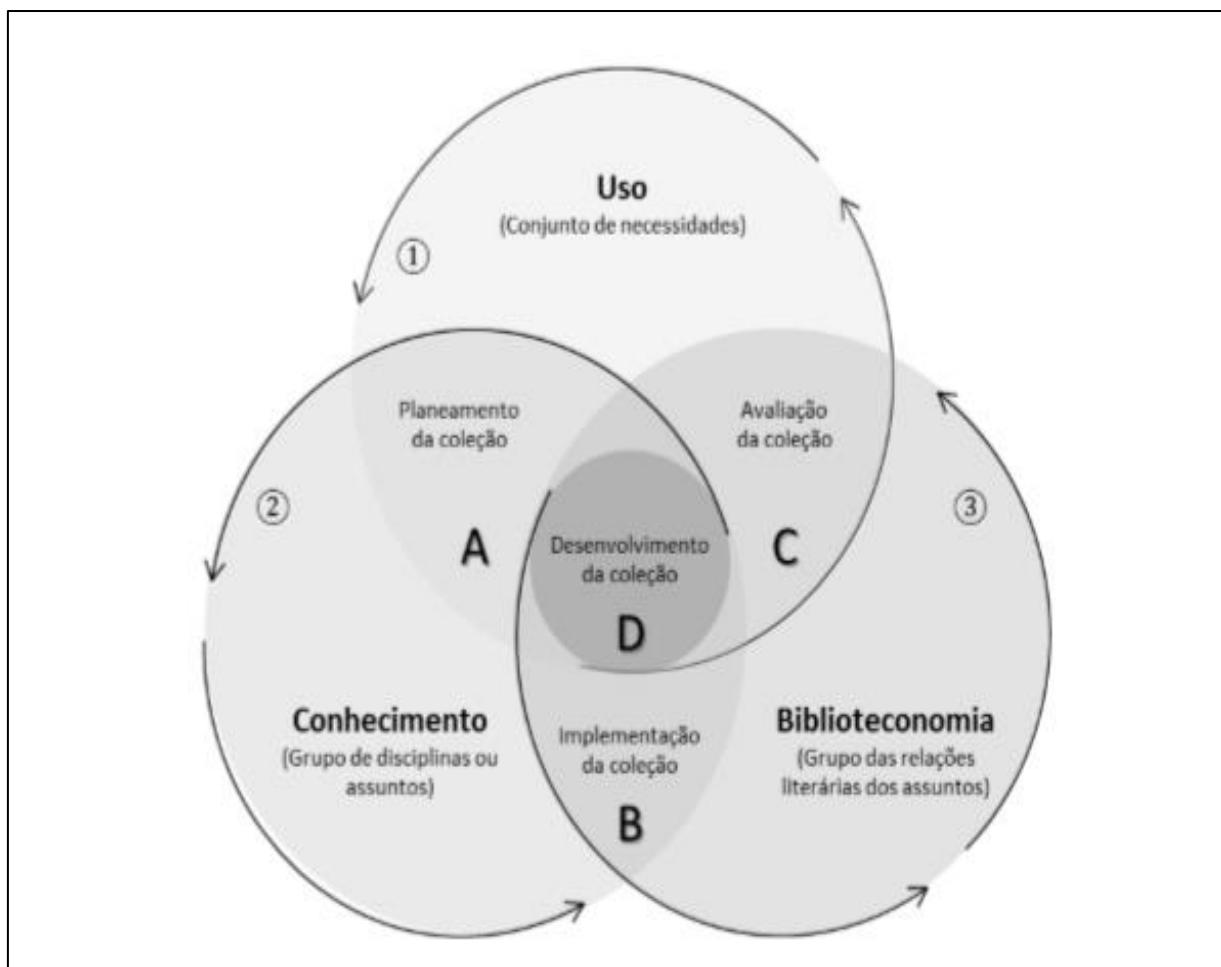


Figura 1. Processo de desenvolvimento de coleções - Modelo Estruturalista (Baughman 1977, adaptado por Luz, 2013, p. 20)

- Numa perspetiva diferente, a abordagem sistémica de Evans (2000, cit. por Vergueiro, 1993), estabelece que o DC é um processo universal, onde o bibliotecário, para além de ser a figura central, desempenha um papel essencial, na medida em que influencia os restantes elementos, ciclicamente interligados, que compõem este processo - «o estudo dos utilizadores, políticas de desenvolvimento da coleção, seleção, aquisição, desbaste e avaliação, por sua vez influenciados pela comunidade» (Luz, 2013, p. 20). Este processo permite igualmente que sejam identificadas forças, fraquezas em relação aos materiais da biblioteca, necessidades de informação dos utilizadores. Ao contrário da abordagem de Hendrik Edelman, no modelo proposto por Evans (2000, cit. por Vergueiro, 1993, p. [4]), não existe uma hierarquia de etapas, «sendo que, as atividades ligadas ao DC não podem ser vistas isoladamente, mas sim como um todo» (Luz, 2013, p. 20):

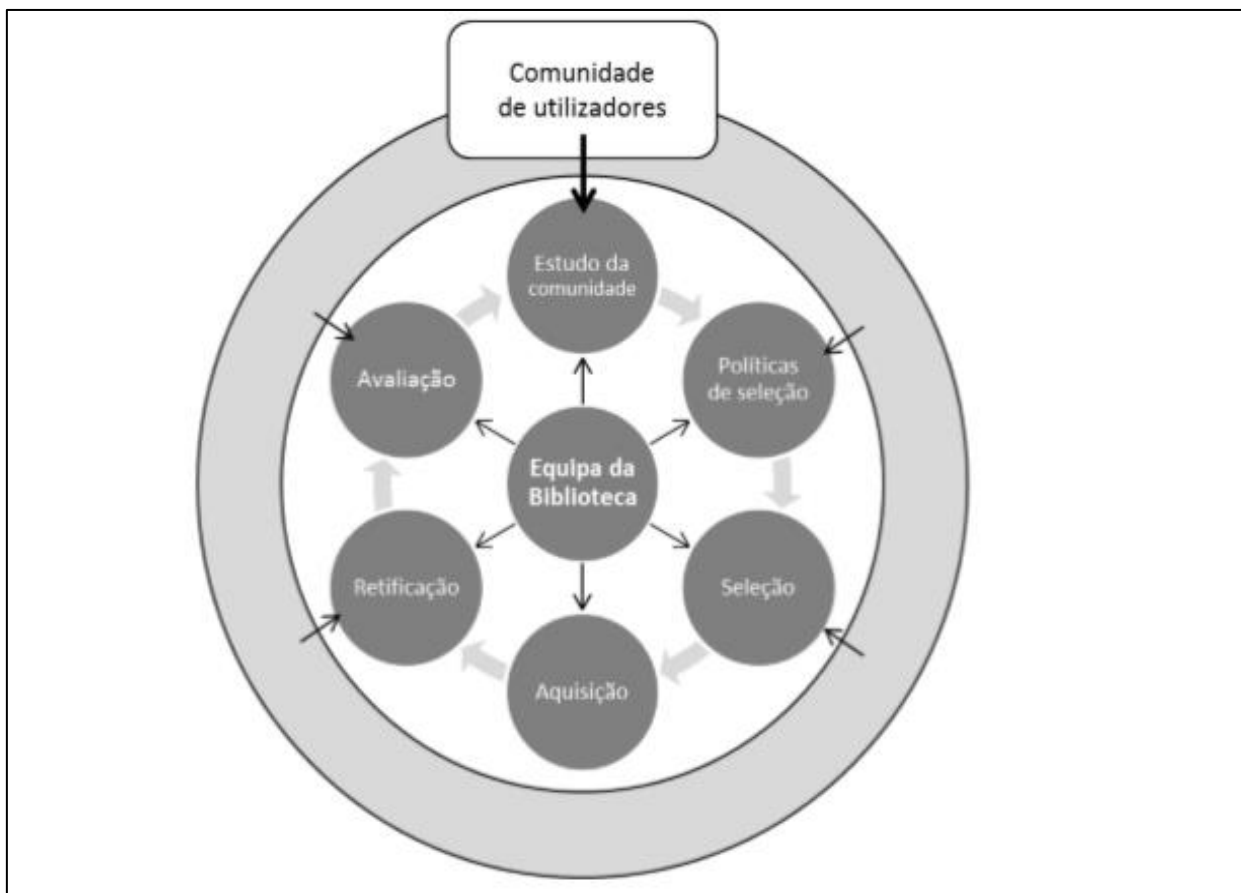


Figura 2. Processo de desenvolvimento de coleções - Modelo Sistémico (Evans, 2000, adaptado por Luz, 2013, p. 20)

O processo de formar e desenvolver coleções, para além de cíclico e ininterrupto, é constituído por um conjunto de etapas que envolvem o estudo das necessidades de informação da comunidade (perfil), políticas de desenvolvimento da coleção, seleção, aquisição, avaliação e desbaste que, por um lado, asseguram a satisfação das necessidades informacionais, por outro lado, contribuem para que os objetivos e a missão da biblioteca sejam cumpridos.

A IFLA, em *public library service guidelines*, traduzido para Diretrizes IFLA, sugere que cada sistema bibliotecário tenha uma política de gestão da coleção, que garanta a manutenção e o desenvolvimento das coleções da biblioteca e acesso aos seus recursos. O documento, para além de escrito e aprovado pelo órgão que tutela o serviço da biblioteca, deverá definir objetivos gerais, e específicos, que podem orientar a coleção e estabelecer os elementos que devem ser incluídos (Koontz & Gubbin, 2013, p. 55).

Nesse sentido, bibliotecas e equipas de trabalho terão de investir numa política documental, de desenvolvimento da coleção, que estabeleça normas, diretrizes que orientem a formação e o crescimento do acervo bibliográfico, de forma assegurar a qualidade e a credibilidade da coleção. Este documento pode ser entendido como um guia, que define a missão e os objetivos da biblioteca, identifica as necessidades informacionais da comunidade a ser servida, o orçamento e outros «recursos informacionais disponíveis (consórcios entre bibliotecas)» (Miranda, 2007, p. 88). Para além disso, define as políticas de seleção, aquisição, avaliação, desbaste e preservação da coleção.

A tarefa de elaboração da política documental, apesar de complexa, é essencial para estabelecer estratégias, delimitar critérios essenciais para a tomada de decisões relativas à formação e ao desenvolvimento da coleção. Nesse sentido, podemos considerar que a política de desenvolvimento de coleções é uma ferramenta de planeamento, que inclui os processos de seleção da coleção, aquisição, avaliação da coleção e, por fim, o desbaste de material bibliográfico e especial (Miranda, 2007, p. 91).

A política de seleção da coleção é um conjunto de orientações e normas, que procuram estabelecer práticas, definir estratégias e instrumentos e delinear critérios, que permitam facilitar a constituição e desenvolvimento de coleções em concordância com os objetivos da instituição e os utilizadores (Lima & Figueiredo, 1984, p. 139). A seleção está completamente ligada à finalidade da biblioteca, pois de nada serve ter um acervo de grande dimensão se este for inadequado e não cumpra o seu propósito. Culmina na satisfação das necessidades informacionais dos seus utilizadores, o que leva alguns autores a considerarem que se trata da etapa mais importante da política de desenvolvimento de coleções.

Qualquer coleção é constituída através dos processos de compra, doação e permuta. A compra é um processo complexo, pois exige que se tenha informação sobre a área de conhecimento e a bibliografia correspondente, garantido desta forma uma correlação entre o que se pretende comprar e os recursos adquiridos. Os processos de permuta e doação, apesar de não terem a mesma exigência dos processos anteriores, obrigam que seja feita a análise dos recursos antes da sua incorporação no acervo, evitando desta forma a inadequação dos materiais cedidos em relação à realidade dos interesses a que se destinam (Miranda, 2007, p. 90).

A avaliação da coleção «envolve o seu exame e julgamento em relação aos objetivos e propósitos estipulados» (Vergueiro, 1993, p. [4]), ou seja, é um processo que

permite medir a importância e adequação do acervo em relação à finalidade da biblioteca. É, portanto, um processo sistemático, que recorre a métodos quantitativos e qualitativos que possibilitam a «manutenção ou a alteração dos parâmetros relativos à aquisição, à acessibilidade e ao descarte» (Miranda, 2007, p. 91).

À semelhança da avaliação, o desbaste é igualmente um procedimento contínuo e sistemático que pretende garantir a qualidade da coleção. Pode ser definido como um processo pelo qual se exclui do acervo ativo títulos e/ou exemplares, (...) para descarte ou conservação »(Miranda, Gallotti, & Miranda, 2016, p. 273) após uma análise minuciosa. Este processo é realizado devido à necessidade constante de avaliar a coleção, e deverá ser feito em concordância quer com os objetivos da biblioteca quer com o veredito da equipa ou comissão da biblioteca.

Na sociedade de informação, a informação é essencial para as diferentes áreas do conhecimento, por isso organizar e administrar a informação torna-se um desafio, que requer planeamento e definição de diretrizes. principalmente para as bibliotecas que têm de procurar manter as suas publicações atualizadas. Deste modo, é «(...) imprescindível a elaboração de políticas de atualização e expansão dos acervos voltados para o perfil dos utilizadores» (Miranda, 2018, p. 95). Atualmente, a adoção das novas tecnologias da informação e comunicação resultam na alteração de processos e procedimentos referentes às atividades desenvolvidas e realizadas pelos diferentes sistemas de informação, que incluem todos os tipos de bibliotecas. O documento eletrónico e digital ganha também uma nova dimensão, na medida em que proporciona novas oportunidades, no que diz respeito à «consolidação da área de desenvolvimento de coleções» (Weitzel, 2002, p. 64).

1.3. Organização do Conhecimento: conceito e domínio

A Organização do Conhecimento (OC), de acordo com Guimarães (2017), constitui um campo de natureza interdisciplinar, que tem vindo a consolidar-se como ciência autónoma durante as últimas décadas, graças à intervenção da instituição *International Society for Knowledge Organization* (ISKO), que tem desempenhado um «importante papel como espaço de construção e disseminação de conhecimento, bem como de promoção de dialogicidade científica em âmbito internacional» (Guimarães, 2017, p. 84).

Embora a preocupação pela OC tenha sido objeto de estudo desde Platão, os conceitos subjacentes ao termo e ao futuro domínio da organização do conhecimento foram estabelecidos por volta de 1900, por Cutter, Richardson e Sayers. Não obstante a publicação do livro “A organização do conhecimento e o sistema de ciências” de Bliss (1929), é considerado também por Hjørland e Dahlberg como o primeiro quadro intelectual da organização do conhecimento (Arboit, 2018, p. 126).

A construção do conhecimento científico resulta de um processo, que envolve as relações sociais e de trabalho dos indivíduos e, nesse contexto, é construído e disseminado por meio de registos (publicações). Esta prática tem sido o estudo central do OC sob a égide da ciência da informação (Castanha & Wolfram, 2018, p. 14). Por esse motivo, Lima e Alvares (2015, p. 27) consideram que a OC é uma «área de estudos voltada para as atividades de organização, representação e recuperação da informação».

A delimitação do objeto de estudo da OC, foi um tema de preocupação, debatido por diferentes autores. De acordo com Barité (2001, cit. por Arboit, 2018, p. 132), o objeto de estudo da OC é o conhecimento social registrado, pois, para o autor, o objetivo da OC é estabelecer conceitos adequados às várias práticas sociais relacionadas ao acesso ao conhecimento. Quanto a Dahlberg (1995, Arboit, 2018, p. 130), a autora reconhece que a principal preocupação da OC como campo de estudo é responder a questões sobre como as unidades de conhecimento estão relacionadas e podem ser organizadas dentro de um determinado contexto. Por sua vez, Hjørland (2008, cit. por Sales, 2015) considera que no campo da OC, o objeto refere-se ao «(...) “conhecimento enquanto um consenso estabelecido,” conforme acreditava Evelyn Bliss ou, o “conceito,” na perspectiva de que tratam de verdadeiras unidades de conhecimento como defendia Dahlberg» (Sales, 2015, p. [9]). Com esta afirmação, o autor reconhece a existência de diferentes posições dentro da própria OC, promovidas pelas Ciência da Informação e Biblioteconomia, Ciências da computação, e investigadores ligados ao campo da *Knowledge Organization* (Sales, 2015). A OC é uma área complexa, de múltiplas aplicações, em que o entendimento sobre o objeto de estudo nem sempre é consensual.

Dada a complexidade e abrangência do campo da OC, Hjørland (2003-2008, cit. por Arboit, 2018, p.131) procurou contribuir para o esclarecimento de aspetos relacionados com a limitação de domínio do conhecimento, para o qual o autor propôs duas perspectivas de entendimento sobre a OC: uma perspectiva restrita e outra abrangente. Considera para efeito que a Biblioteconomia e a Ciência da informação são disciplinas

centrais da OC no sentido restrito, na qual a OC é entendida como campo de estudo que aborda a natureza e a qualidade dos processos e sistemas da organização do conhecimento, ou seja, atividades relacionadas com a descrição, indexação de documentos, classificação bibliográfica, bancos de dados bibliográficos, arquivos e outros tipos de instituições de memória.

Numa perspectiva abrangente da OC, a teoria do conhecimento, a sociologia do conhecimento, os estudos da linguagem e os sistemas simbólicos e a metafísica são disciplinas centrais da OC, com o domínio dedicado ao estudo de questões relativas à divisão social do trabalho mental, em que se inserem as instituições de pesquisa e ensino superior, estruturas de disciplinas e profissões, organização social dos media e produção e disseminação de conhecimento. O autor reconhece, ainda, que «(...) KO in a “restricted” sense develops, including aspects related to the production of scientific knowledge.» (Arboit, 2018, p. 131). Apesar da existência destas duas dimensões na OC, uma não exclui a outra, mas, pelo contrário, complementam-se, o que leva o autor a admitir que a OC é uma disciplina mais ampla do que a Ciência da Informação, pois o conhecimento em geral acaba por ser o seu objeto de estudo.

No que concerne à prática da OC, Hjørland (2003; 2008, cit. por Sales, 2015, p. [7]) propõe a distinção entre a organização intelectual (cognitiva) do conhecimento e a organização social do conhecimento. A conceção cognitiva do conhecimento (*narrow meaning*), embora diga respeito à organização do conhecimento, consiste também num campo de estudo, preocupado com a natureza e a qualidade dos sistemas de organização do conhecimento. Refere-se igualmente às atividades operacionais que são desempenhadas por bibliotecas, arquivos e bases de dados. O autor faz referência ainda às «contribuições teóricas provenientes da recuperação da informação (e as implicações tecnológicas vinculadas a esse assunto), da bibliometria e da análise de domínio» (Sales, 2015, p. [8]).

A organização social do conhecimento, ou “*broader meaning*”, refere-se à divisão social do trabalho mental, materializada na organização e na categorização das profissões e das disciplinas. O autor, reconhece ainda que as tradicionais classificações de bibliotecas representam organizações sociais do conhecimento por intermédio da divisão e do relacionamento entre as disciplinas (Sales, 2015, p. [8]).

Bräscher e Café (2010) consideram que a OC insere-se no campo da «Biblioteconomia e da Ciência da Informação, e diz respeito à organização e à

sistematização cognitiva do conhecimento, à organização dos conceitos, bem como à construção de sistemas de organização do conhecimento» (Sales, 2015, p. [3]).

Embora Bräscher e Café (2010) coloquem a OC no domínio da Ciência da Informação, outros conteúdos parecem distanciar-se desta perspectiva, na medida em que posicionam a Organização do Conhecimento como uma disciplina, enquanto campo de estudo, ou como uma nova ciência, e por isso, «não figuraria como algo dentro da Ciência da Informação» (Sales, 2015, p. [3]). Esta perspectiva é igualmente partilhada pelos investigadores da ISKO, refletindo-se em autores como Dahlberg e Hjørland , que têm vindo a trabalhar para promover a autonomia da OC, em relação à Ciência de Informação (Sales, 2015, p.[3]).

Dahlberg liderou a *International Society for Knowledge Organization*, e tem vindo abordar a OC como sendo um espaço autónomo, capaz de lidar com questões oriundas das mais diversas áreas do conhecimento, ultrapassando, assim, a tradicional ligação com a biblioteconomia e outros sistemas de informação. Por essa razão, a autora reconhece que a OC não deve apenas estabelecer relação com ciências ligadas à informação, mas correlacionar-se com a «ciência ligada a todos os campos do saber – a ciência da ciência» (Sales, 2015, p. [7]).

Com esta posição, Dahlberg reivindica a total desvinculação com a Ciência da Informação, e estabelece a ideia da OC como uma nova disciplina científica, que apresenta para efeito «(...) objetos, métodos e atividades da organização do conhecimento, bem como assuntos específicos da área» (Sales, 2015, p. [7]). A interdisciplinaridade proposta por Dahlberg é partilhada por Hjørland (2008, cit. por Sales 2015), que salienta que a OC não é «(...) um fenómeno exclusivo da Biblioteconomia e da Ciência da Informação» (Sales, 2015, p. [8]), mas também de outras áreas do conhecimento.

Dahlberg (2006, cit. por Carlan & Medeiros, 2011, p. 55) define a OC como a ciência, que estrutura e organiza de forma sistemática unidades do conhecimento de acordo com as suas características, que podem ser «definidas como elementos de herança do objeto, e a aplicação dos conceitos e classes dos conceitos ordenados pela indicação de valores, dos referentes conteúdos dos objetos ou assuntos.». Com base na organização do conhecimento, são desenvolvidos os Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC), que representam a estrutura e a organização do objeto (Carlan & Medeiros, 2011).

Lima e Álvares (2012, p. 28), partilham desta perspectiva, para ambos a OC é uma ciência que procura estruturar e organizar de forma sistemática as unidades de

conhecimento, enquanto conceitos, mediante as suas características (elementos de conhecimento), considerando, também, que a OC é a área de estudos responsável pelo desenvolvimento dos Sistemas de Organização do Conhecimento (Camillo et al., 2017):

«Os SOC são ferramentas semânticas com vocabulários estruturados e formalizados, usadas para o tratamento e a recuperação da informação, tanto no ambiente web como no tradicional, inclusive no desenvolvimento da web semântica» (Carlan & Medeiros, 2011, p. 56).

O termo *Knowledge Organization Systems* (KOS) ou Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC), segundo Hodge (2000, p. 3) foi proposto em 1998 pelo *Networked Knowledge Organization Systems Working Group*, com o objetivo de englobar

«(...) classification schemes that organize materials at a general level (such as books on a shelf), subject headings that provide more detailed access, and authority files that control variant versions of key information (such as geographic names and personal names). They also include less-traditional schemes, such as semantic networks and ontologies» (Hodge, 2000, p. 3).

Os SOC são mecanismos de organização de informação, e por esse motivo, são considerados o “coração” dos sistemas de recuperação das bibliotecas, museus, e arquivos (Hodge, 2000, p. 3).

Na opinião de Carlan e Medeiros (2011, p. 55), existem diferentes tipos de SOC, no entanto destacam-se os tesouros, «pelo uso ainda frequente na área de organização de informação e por sua existência consolidada e padronizada por normas internacionais (ISO, ANSI/NISO); as taxonomias, por sua importância na organização de informações em empresas e instituições, principalmente, no desenvolvimento de portais no ambiente *web*; as ontologias, pelo interesse da comunidade de pesquisa na área, em função das promessas da *web* semântica e, ainda, pelo potencial que oferecem em relação à capacidade de representação do conhecimento de forma complexa e completa e os sistemas de classificação, pela ampla utilização na organização da informação em bibliotecas, onde são empregadas até hoje.» Não existe um consenso quanto aos esquemas de classificação do conhecimento utilizados. Nesse sentido, os SOC podem ser considerados apropriados e favoráveis «para uma cultura, coleção, ou um domínio» (Carlan & Medeiros, 2011, p. 56) e, no entendimento de outros, ser inadequados, desfavoráveis.

O World Wide Web Consortium (W3C) desenvolveu o modelo de dados “Simple Knowledge Organization System” para desenvolvimento de esquemas de conceitos tais

como tesouros, listas de cabeçalhos, taxonomias, sistemas de classificação, e outros vocabulários controlados. O “Simple Knowledge Organization System” (SKOS), que tem como principal objetivo permitir a fácil publicação e uso de vocabulários, utiliza para efeito uma «sintaxe flexível de XML/RDF, que fornece estrutura para publicação dos termos usados nos SOC e os seus relacionamentos para dar suporte às buscas, mapeamentos e conexões entre os diferentes SOC» (Carlan & Medeiros, 2011, p. 56).

Neste processo de consolidação, a ISKO tem vindo a desempenhar um papel essencial, pois tem contribuído para que a OC auferisse dimensão e importância científicas. Por outro lado, a OC, como disciplina científica, procurou delimitar o seu domínio através da resolução de questões fundamentais da organização do conhecimento por meio da classificação sistemática do conhecimento, «seja numa esfera mais específica (organização cognitiva), seja numa esfera mais abrangente (organização social)» (Sales, 2015, p. [9]).

Apesar de todo o trabalho realizado pelos vários investigadores de todo o mundo, Guimarães (2015, cit. por Catanha & Wolfram, 2018, p. 14) «claims the area of Knowledge Organization is still in continuous construction phase, seeking the construction and boundaries of its own conceptual foundation and its limits, due to its different theoretical influences. »

1.4. Organização do Conhecimento e a Biblioteca

Nas diversas fases do ciclo de vida da investigação, a criação de novo conhecimento gera a necessidade de organizar esse conhecimento. Simultaneamente, «em cada uma das etapas, a própria geração de conhecimento depende do apoio de tarefas de organização do conhecimento.» (Corujo et al., 2020) Nesse sentido a «OC pode ser entendida como a “representação ordenada do conhecimento para alcançar propósitos específicos”, sendo o propósito “o fator dominante para a escolha de um método de descrição, formalização e representação do conhecimento.”(...)» (Chernyi, 1997, cit. por Gomes, 2009, p. 61).

A classificação, e outros sistemas de organização do conhecimento desenvolvidos pela OC são ferramentas de tratamento e recuperação da informação, que se incluem no conjunto de atividades desenvolvidas pela OC. Os Sistemas de Organização do Conhecimento «in libraries are mainly classification systems and indexing systems»

(Hjørland, 2016, p. 478), que foram desenvolvidos com o propósito de organizar os acervos da biblioteca e facilitar o seu acesso por parte dos utilizadores. O primeiro sistema de classificação, que surgiu, foi a Classificação Decimal de Dewey (CDD). Este sistema pioneiro foi desenvolvido há décadas atrás num determinado contexto histórico científico, tendo sido mantido e atualizado pelo comité editorial da CDD (Carlan & Medeiros, 2011, p. 59).

No entanto, para além do CDD, existem outros sistemas de classificação utilizados nas bibliotecas espalhadas por todo o mundo: «Classificação da Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos é pouco sistemática e o seu esquema enumerativo resulta em rigidez e falta de hospitalidade, criada para atender especialmente as necessidades organizacionais da própria Biblioteca; Classificação Decimal Universal, criada a partir da CDD com alterações e adições, como o uso de um enfoque facetado para possibilitar a análise de assunto mais detalhada; Classificação de dois pontos, primeiro sistema de classificação bibliográfica com bases no princípio analítico sintético ou análise por facetas, priorizando as categorias - *Personality, Matter, Energy, Space e Time* (PMEST); e Classificação de Bliss, primeiro a defender que um esquema de classificação representava a “organização do conhecimento” e estabeleceu sua base filosófica e teórica tendo os seguintes princípios básicos: consenso, arranjo de assuntos correlatos, gradação em especificidade, localização alternativa e brevidade da notação.» (Carlan & Medeiros, 2011, p. 59).

Apesar da autonomia e da independência reivindicada por alguns autores, numa visão sistémica, a OC não é uma atividade isolada, independente, e «alguns de seus propósitos podem ser, pelo menos, a recuperação e a gestão de conhecimento, com tudo o que isto implica» (Gomes, 2009, p.62). O que nos leva a admitir que a OC está ligada a outras disciplinas científicas tais como Biblioteconomia, Documentação, Ciência da informação.

Como campo de estudo autónomo e interdisciplinar, a Organização do Conhecimento tem procurado, também, consolidar a sua identidade. Este processo, nas palavras Sales (2015, p. [9]), manifesta-se em pelo menos em dois momentos: o primeiro está relacionado com as ideias propostas por Dahlberg, em que a autora procura a institucionalização da OC como área investigativa independente, e o segundo conduzido por Hjørland, em especial no início do século XXI, no qual o autor tem trabalhado para reforçar o discurso da OC como um campo de estudo interdisciplinar e autónomo.

A OC constitui ainda um campo científico de configuração interdisciplinar que

tem procurado, ao longo do tempo, consolidar a sua identidade, e nesse contexto, contou com a participação da ISKO como espaço de construção e disseminação de conhecimento, que tem trabalhado no sentido de afirmar a sua posição de motor de construção de conhecimento científico no campo da organização do conhecimento, promovendo para o efeito o diálogo científico na esfera internacional.

Na primeira década do século XXI, estudos desenvolvidos e publicados pelos investigadores da ISKO no campo internacional ressaltam a tendência que define a OC como um «“fazer” de natureza “operacional”» (Sales, 2015, p. [4]), em que os objetos de investigação são sobretudo conceitos e estruturas conceituais, padronizadas por meio dos Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC), no qual se inserem os sistemas de classificação, tesouros e ontologias. Esta perspetiva, evidencia uma organização do conhecimento «ligada (...) às atividades (práticas e intelectuais) atinentes à Ciência da Informação e à Biblioteconomia» (FOSKETT, 1973, cit. por Sales 2015, p. [4]). No âmbito das bibliotecas, esta ligação processa-se, por meio dos Sistemas de Organização do Conhecimento, que foram desenvolvidos pela Organização do Conhecimento, com o objetivo de organizar os acervos da biblioteca e facilitar o seu acesso por parte dos utilizadores.

2. METODOLOGIA

Em qualquer processo de investigação, deverão ser explicados de forma pormenorizada os princípios metodológicos, bem como os métodos que poderão ser utilizados (R. J. P. Miranda, 2009, p. 33). Nesse sentido, a metodologia científica pode ser entendida como um conjunto de etapas que são dispostas de maneira ordenada, de forma a assegurar a concretização da investigação ou o estudo de um fenómeno e, desta forma, contribuir para que o investigador seja capaz de responder aos objetivos que definiu para o seu estudo (Moresi, 2003, p. 11).

The term methodology refers to the way in which we approach problems and seek answers. In the social sciences, the term applies to how research is conducted» (Taylor & al., 2016, p. 3).

No planeamento do estágio e na escrita do relatório de estágio, começámos por definir a base metodológica, da qual optámos, por uma abordagem qualitativa, que,

segundo Fortin (2003, p. 22), acaba por ser um caminho em que o investigador observa, descreve, interpreta e aprecia o meio e o fenómeno tal como se apresenta, sem procurar controlá-lo.

Esta perspetiva é igualmente partilhada por Bogdan e Biklen (1994, p. 202-206, cit. por Craveiro, 2007), pois ambos concordam que os investigadores não devem fazer juízos de valor sobre o objeto de estudo, porque o «objetivo principal da abordagem qualitativa é o de compreender de uma forma global as situações, as experiências e os significados das ações e das perceções dos sujeitos através da sua dilucidação e descrição.»

Também Taylor e al. (2016, p. 7) parecem estar de acordo com Fortin (2003), Bogdan e Biklen (1994), na medida em que consideram que «(...) qualitative methodology refers in the broadest sense to research that produces descriptive data—people’s own written or spoken words and observable behavior,» ou seja, o objetivo desta abordagem é compreender os sujeitos e os fenómenos na sua complexidade e singularidade.

O estágio teve como finalidade o desenvolvimento de uma biblioteca especializada na área do Direito. A biblioteca especializada tem a finalidade de tornar acessível informação e conhecimento, neste caso em concreto, de âmbito jurídico, aos advogados e estagiários da Sociedade de Advogados CMS Rui Pena & Arnaut, contribuindo assim para o desenvolvimento da atividade e o cumprimento dos objetivos definidos. Nesse sentido, propusemo-nos com este estágio conhecer a organização, definir o perfil do utilizador de uma Biblioteca desta tipologia, identificar a coleção *Knowledge Law Library*, bem como organizar e representar (Descrição catalográfica - ISBD 2011 e classificação CDU) os recursos de informação.

A metodologia adotada para a realização deste estudo resultou na aplicação de um conjunto de métodos técnicas de investigação e procedimentos como o planeamento do projeto, a seleção, a recolha e análise documental e o método de estudo orgânico funcional que complementam a abordagem qualitativa. Foi também, elaborado um questionário constituído por questões abertas e fechadas, dirigido ao responsável da instituição/biblioteca, utilizando a aplicação *Google forms*. O questionário é também um instrumento de recolha de dados que tem como objetivo «obter informações que podem ser analisadas (...)» (Bell, 2010, p. 26).

O processo investigativo da revisão documental iniciou-se com a pesquisa em bases de dados de referência como o Repositório Científicos de Acesso Aberto de Portugal (RCAAP), e a Biblioteca do Conhecimento *Online* (B-On). Esta pesquisa bibliográfica foi realizada segundo uma seleção criteriosa de material bibliográfico, através da qual procuramos aprofundar o tema em estudo, com base nos termos biblioteca, biblioteca especializada, gestão da informação, política de desenvolvimento de coleções e Organização do Conhecimento. A escolha dos textos permitiu não só recuar a 1978, como também pesquisar textos de datas referentes aos últimos cinco anos.

Recorreu-se ainda a artigos presentes em vários números da prestigiada revista “The International Society for Knowledge Organization” (ISKO).

A revisão de literatura diz respeito à fundamentação teórica adotada para tratar e desenvolver o tema escolhido. Este processo resulta do levantamento e da análise do que já foi divulgado sobre o tema, e permite «obter conhecimento sobre os trabalhos existentes e disponíveis na sua área, conhecer os conteúdos, as questões cruciais e as lacunas existentes no atual estado do conhecimento, promover uma visão sobre as bases e os rumos da investigação» (Denscombe, 1998, cit. por Silva, 2021, p. 108). Através da análise documental da literatura publicada vai ser possível delinear o quadro de estruturação concetual, que suporta a evolução da pesquisa (Moresi, 2003, p. 35).

A análise documental, segundo Carlos Guardado da Silva (2021), que prefere o termo investigação documental, é um método que

aplica-se quer a estudos de natureza qualitativa, quantitativa ou mistos. Integra a identificação, a seleção e a análise de documentos, (...) de modo a compreender quer o seu significado, quer a sua intencionalidade. Na fase de análise, é tão relevante o seu conteúdo, extraído pelo investigador através da aplicação de um inquérito rigoroso aos documentos, como as lacunas, os silêncios e as ausências, que terão de ter uma explicação. (Silva, 2021, p. 120)

A investigação documental pode envolver diferentes tipos de documentos e em diferentes formatos (fotografias, filmes, vídeos, documentos eletrónicos ou digitais, documentos em papel). Nesse contexto, os documentos como fontes de informação ganham uma nova dimensão pois «constituem autênticos “factos sociais”, produzidos, partilhados e usados em contextos organizados socialmente» (Atkinson & Coffey, 1997, p. 47, cit. por Silva, 2021, p. 107).

As fontes podem ser consideradas qualitativas ou estatísticas, e classificarem-se como fontes primárias, secundárias e terciárias. A fonte primária «(...) publicação em primeira mão; fonte original; documento original sobre um determinado tema (...)» (Faria & Pericão, 2008, p. 565, cit. por Silva, 2021, p. 107) pode assumir a forma de livros, publicações em série, relatórios científicos e técnicos, atas de congressos, programas de investigação, teses, entre outros. A fonte secundária inclui «(...) dados e informação sobre fontes primárias» tais como bibliografias, catálogos de bibliotecas e anuários (Faria & Pericão, 2008, p. 565, cit. por Silva, 2021, p.107). A fonte terciária refere-se a uma “obra especializada que cobre um conjunto de conhecimentos ou explicações concisas relacionadas com temas, autores, trabalhos, associações, recursos, etc.» (Faria & Pericão, 2008, p. 565, cit. por Silva, 2021, p. 107)

No âmbito da recolha de dados, foi elaborado e aplicado um questionário dirigido ao responsável da instituição/biblioteca, utilizando para o efeito a aplicação *Google forms*, com questões abertas e fechadas. O questionário é um instrumento de recolha de «dados, constituído por uma série ordenada de perguntas pré-elaboradas, sistemática e sequencialmente dispostas em itens, que constituem o tema da pesquisa» (Moresi, 2003, p. 65). O objetivo deste método de recolha de dados é «obter informações que podem ser analisadas, extrair modelos de análise e fazer comparações» (Bell, 2010, p. 26)

Depois de recolhidos os dados obtidos através de questionário, procedeu-se análise e interpretação dos dados recolhidos através das questões colocadas no questionário (apresentação dos dados recolhidos através de gráficos gerados pelo *Google forms*) e discussão dos resultados, no qual utilizamos uma abordagem qualitativa, baseada na observação de factos de acontecimentos e de fenómenos, que existem independentemente do investigador (Fortin, 2003, p. 22).

Procedemos, ainda à recolha de dados no *site* oficial da instituição para a elaboração do estudo orgânico-funcional, que nos permitiu conhecer, e entender a orgânica e as funções da entidade produtora. O estudo orgânico-funcional da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, preconizado como método pelas autoras Fernanda Ribeiro e Maria Eugénia Fernandes (2001), serve de exemplo para a realização deste trabalho. Não obstante, foram também procurados outros estudos sobre a estrutura orgânico-funcional de diferentes instituições.

3. ESTUDO ORGÂNICO-FUNCIONAL

3.1. CMS Rui Pena & Arnaut - Sociedade de Advogados

Na realização do estudo orgânico funcional da Sociedade de Advogados Rui Pena & Arnaut, o estudo orgânico-funcional da Faculdade de Letras da Universidade do Porto serviu de exemplo. Neste estudo, as autoras Fernanda Ribeiro e Maria Eugénia Fernandes (2001) contribuíram para edificação de uma nova perspetiva na medida em que contrariam «a visão tradicional de alguns autores, como Heredia Herrera (1991), que atribui importância à história das instituições e não tanto à compreensão do sistema informação na sua componente orgânica e funcional» (C. Silva, 2015, p. 24).

O desenvolvimento do estudo orgânico funcional é crucial para se perceber a organicidade da entidade produtora de informação. A sua elaboração permite conhecer e entender os motivos que estão por detrás do «surgimento de uma instituição, a organização, a estrutura com os órgãos/serviços, as funções/competências e (...) a documentação (C. Silva, 2015, p. 25), que, neste caso, é produzida e acumulada para ser “utilizada com finalidades que se relacionam com os objetivos da instituição produtora dessa informação» (Rodrigues, 2015, p. 21). Neste contexto, são consideradas também todas as alterações sofridas pelas estruturas ao longo do tempo, que permitem conhecer na totalidade a organicidade do Sistema de Informação (C. Silva, 2015, p. 24). Em suma, o objetivo do estudo orgânico funcional consiste em «conhecer a orgânica e as funções da entidade produtora, isto é, perceber como, onde e porquê foi (é) gerada a informação» (Fernandes, 2004, cit. por C. Silva 2015, p. 25).

A CMS Rui Pena & Arnaut é uma sociedade de advogados com uma destacada presença e reconhecimento no mercado português. A história da CMS Rui Pena & Arnaut remonta a 1964, e teve como protagonista o Dr. Rui Pena. Durante os últimos 50 anos, a marca do seu fundador permaneceu sempre nos advogados, que continuam a contribuir para a construção e o crescimento de uma das sociedades de advogados de referência.

Em 2012, a Sociedade integrou a CMS, uma das maiores organizações mundiais de prestadores de serviços jurídicos, o que permitiu oferecer um acompanhamento local e global dos Clientes, com acesso a mais de 5.000 advogados distribuídos por mais de 40 jurisdições. A Rui Pena & Arnaut passa a fazer parte de uma das maiores organizações europeias de prestação de serviços jurídicos e fiscais, o que acaba por proporcionar uma

ampliação do leque de valências e jurisdições ao serviço dos seus clientes. *Member da CMS network*, rede de sociedade de advogados, conta com 75 escritórios dispersos em mais de 43 países: Albânia, Áustria, Bélgica, Bósnia e Herzegovina, Bulgária, Croácia, Republica Checa, França, Alemanha, Hungria, Itália, Luxemburgo, Republica do Norte, Macedónia, Mónaco, Montenegro, Holanda, Polónia, Portugal, Romania, Rússia, Sérvia, Eslováquia, Eslovénia, Espanha, Suíça, Turquia, Ucrânia e Reino Unido, Argélia, Angola, Brasil, Chile, China, Colômbia, Quénia, Reino da Arábia Saudita, México, Marrocos, Omã, Peru, Singapura, Africa do Sul e Emirados Árabes Unidos

Reconhecida também pela sua competência, pelo profissionalismo e rigor, a CMS Rui Pena & Arnaut aposta na criação de relações duradouras de confiança e partilha com os seus clientes, garantindo, desta forma, soluções fiáveis, ética e legalmente corretas, mas também criativas, competitivas e eficientes.

Os mais de 4800 advogados da CMS colocam à disposição um aconselhamento jurídico focado no negócio de cada cliente e adaptado às suas necessidades, quer no mercado local, quer ao nível internacional. No âmbito das suas competências multidisciplinares, a CMS Rui Pena & Arnaut estrutura as suas equipas de trabalho em conformidade com as necessidades de cada cliente, com a missão de conhecer profundamente o seu contexto específico, antever situações e antecipar problemas, por forma a prestar aconselhamento jurídico e fiscal de excelência, fundamental para a boa prossecução dos objetivos de negócio dos clientes.

A CMS colabora ainda com frequência com as principais publicações nacionais e internacionais, contribuindo, para o efeito, com conhecimento especializado nas diversas áreas de prática. Edita periodicamente guias legais e variadas publicações dedicadas às principais temáticas jurídicas, que contam com o contributo dos vários países da organização e veiculam informações e análises com base em conhecimentos altamente especializados e de elevado interesse para os clientes e para os seus negócios.

A CMS Rui Pena & Arnaut tem, a nível nacional, escritórios em Lisboa e no Funchal. Está organizada em 20 áreas de prática jurídica, cada uma das áreas com uma equipa especializada de advogados:

- Bancário & Financeiro;
- Concorrência & EU;
- *Consumer Products*, Direito Comercial;

- Direito do Trabalho & Fundos de Pensões;
- Direito Fiscal,
- Direito Público;
- Direito Societário;
- Energia & Alterações Climáticas;
- Imobiliário & Construção;
- Insolvência & Reestruturações;
- Mercado de Capitais;
- *Private Equity*;
- Projetos & Infraestruturas;
- Propriedade Intelectual;
- Resolução de Litígios;
- Saúde & Ciências da Vida;
- Seguros & Fundos de Investimento;
- TMC – Tecnologia;
- Media & Comunicações,
- Turismo & Lazer.

CMS Rui Pena & Arnaut, está ainda presente em escritórios internacionais, como o Swedish Desk e o África Lusófona. O Swedish Desk presta o aconselhamento jurídico e fiscal a empresas e cidadãos suecos que queiram investir em Portugal e a empresas portuguesas que tenham interesse em expandir os seus negócios para a Suécia. Tem a missão de facilitar a geração de negócios entre Portugal e a Suécia, apoiar os clientes privados com interesses nos dois países. Com o intuito de responder às necessidades dos seus clientes, foi também estabelecida uma parceria entre os especialistas nacionais e o advogado sueco consultor da CMS Rui Pena & Arnaut, Lars-Olof Svensson. O portfólio diversificado de serviços inclui:

- Estabelecer uma operação no estrangeiro
 - Análise das estratégias de investimento mais adequadas
 - Estabelecimento da sede, *joint ventures* e subsidiárias
 - Apoio legal no licenciamento e demais procedimentos de registos
- Direito Societário & Fusões & Aquisições
 - Assessoria sobre enquadramento legal, questões de risco e *compliance*
 - Lei de Sociedades Comerciais e por quotas
 - *Joint-ventures*, transações e *Due Diligences*

- Direito Comercial
 - Revisão dos sistemas de distribuição
 - Contratos de exportações e importações, acordos de representação e distribuição
 - Termos e Condições

- Imobiliário, Construção e Ambiente
 - *Leasing*, aquisição e mudança de escritórios e unidades de produção
 - Licenças, contratos de empreitada e de arquitetura
 - Procedimentos de aprovação e lei ambiental

- Fiscal
 - Consultoria fiscal
 - Otimização fiscal de investimentos e transações

- Direito do Trabalho
 - Contratos de destacamento, contratação individual e coletiva
 - Reestruturações e despedimentos
 - Resolução de litígios laborais

- Tecnologia, Media e Comunicações
 - Contratos de Investigação & Desenvolvimento, Tecnologias de Informação e Multimédia
 - Acordos de registo de marcas e patentes
 - Direitos de Propriedade Intelectual

- Resolução de Litígios e Arbitragem
 - Resolução de litígios
 - Assessoria preventiva e gestão de risco
 - Arbitragem

A CMS Rui Pena & Arnaut estabeleceu também uma sólida rede de escritórios parceiros na africa lusófona, concentrando-se, para efeito, em países que apresentam potencial de negócio, tais como Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Cabo Verde. Efetuou ainda abertura de escritórios em alguns dos maiores países africanos, incluindo, Argélia, Angola, Marrocos, Quênia e África do Sul Africa Lusófona. Presta aconselhamento a clientes nacionais e internacionais em três fases distintas:

- Planeamento do investimento
- Fase de Implementação
- Assessoria jurídica permanente

CMS Rui Pena & Arnaut, promove também vários programas de responsabilidade social corporativa, tais como trabalho profissional pro bono, políticas e projetos ambientais, doação de caridade e voluntariado:

- Pro Bono: oferece as capacidades especializadas dos profissionais. Muitos escritórios trabalham já com organizações locais nesta área.
- Questões ambientais: adoção de políticas que visam ajudar a reduzir o desperdício, limitar a utilização de energia e minimizar a “pegada de carbono”.
- Iniciativas de caridade: os diferentes escritórios trabalham com as suas comunidades de forma a apoiar associações de voluntariado e problemas locais.

3.2. Objetivos do estágio curricular: “Knowledge Law Library”

Referimos durante a elaboração do relatório de estágio curricular que a construção de uma biblioteca, seja qual for a sua tipologia, é um processo complexo que envolve diferentes etapas desenvolvidas com o objetivo de satisfazer as necessidades dos seus utilizadores. Nesse sentido, o principal objetivo do estágio curricular foi o de dar a conhecer o projeto “Knowledge Law Library”, e o trabalho desenvolvido durante o processo de construção da biblioteca especializada na área do Direito. A participação neste projeto permitiu também aprofundar e desenvolver competências adquiridas durante o período curricular do mestrado. O estágio contou com a parceria estabelecida entre a Sociedade de Advogados CMS Rui Pena & Arnaut, e a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, através da relação que foi constituída entre a estagiária, que contribuiu com o seu conhecimento e competência para o desenvolvimento e consolidação da biblioteca especializada, e a orientadora local, através da supervisão e orientação oferecidas.

O estágio curricular decorreu nas instalações da sociedade de advogados CMS Rui Pena & Arnaut em Lisboa. Teve início no dia 4 de novembro de 2019 e finalizou no dia 11 de dezembro de 2019, com uma carga horária global de 202 horas. As atividades realizadas no decurso do estágio foram supervisionadas pela orientadora local, a par da orientação por parte da Faculdade de Letras efetuada pelo Professor Doutor Carlos Guardado da Silva.

Os objetivos do estágio curricular estabeleceram-se em colaboração com o orientador do relatório de estágio do mestrado, o Professor Doutor Carlos Guardado da Silva, tendo em atenção as expectativas definidas pela entidade acolhedora do estágio curricular. Os

objetivos foram ainda traçados tendo em consideração o desenvolvimento de uma biblioteca especializada na área do Direito, importante fonte de conhecimento, que procura responder às necessidades informacionais dos seus utilizadores, neste caso em concreto sócios, advogados e estagiários. Foram definidos os seguintes objetivos:

1. Conhecer a organização, o perfil do utilizador de uma biblioteca desta tipologia;
2. Identificação da coleção “Knowledge Law Library”;
3. Organização e representação (Descrição catalográfica - ISBD 2011 e classificação CDU) dos recursos de informação,

1. Conhecer a organização, o perfil do utilizador de uma biblioteca desta tipologia:

Tal como a “Knowledge Law Library” também a biblioteca CMS Rui Pena & Arnaut é uma biblioteca especializada, constituída por documentação produzida na área do Direito, da qual o acervo é responsável por suprir as necessidades da organização. Destacam-se, ainda de entre as funções da biblioteca especializada, atender às necessidades dos seus utilizadores através do fornecimento de informação de forma rápida e eficaz, «realizar um tratamento exaustivo nos documentos, ampliando os recursos de recuperação da informação, disseminar seletivamente a informação, proporcionar o acesso a bases de dados especializadas na área de interesse da coleção da biblioteca e permitir a recuperação aprofundada de informações sobre assuntos específicos da área» (Miranda, 2007, p. 88).

A sua importância nas organizações é cada vez maior, pois por um lado são fundamentais para a tomada de decisões, por outro lado os seus objetivos confundem-se com os objetivos da instituição da qual fazem parte. Assim sendo, a constituição da biblioteca especializada deverá ser encarada como um instrumento fundamental de trabalho na medida em que permite aos colaboradores da organização o aperfeiçoamento das suas capacidades através da atualização da informação, desenvolvimento de novos conhecimentos, que no caso da “Knowledge Law Library” traduzem-se também na procura de soluções, que visam subsidiar estratégias e ações jurídicas para atender aos advogados e estagiários da instituição.

2. Identificação da coleção “Knowledge Law Library”:

«Biblioteca, arca, cofre, (...), organismo ou parte de uma organização cujo objetivo principal é organizar coleções, atualizá-las e facilitar, através de pessoal especializado, o acesso a documentos que respondam às necessidades dos utilizadores nos aspetos de informação, educação ou lazer. De maneira mais abrangente, biblioteca é todo espaço (concreto, virtual ou híbrido) destinado a uma coleção de informações, sejam escritas em (...) papel (livros, monografias, enciclopédias, dicionários, manuais) ou ainda digitalizadas e armazenadas em outros tipos de materiais, (...) e bancos de dados» (Malheiro da Silva, 2015, p. 105). A coleção assume assim um papel essencial na construção e evolução das bibliotecas. A sua gestão é crucial para a realização dos objetivos definidos pela biblioteca. Por isso, a formação, o desenvolvimento e a organização do acervo, para além de processos permanentes que dependem de atividades como seleção, aquisição e avaliação, «devem permanecer em contínua sintonia com as necessidades de informação da comunidade de utilizadores. No caso das bibliotecas especializadas, devem atender às necessidades de informação das organizações ou empresas às quais se encontram subordinadas» (Miranda, 2007, p. 87).

A existência de uma política de gestão de coleções aprovada e escrita pelo órgão que tutela a biblioteca, conforme sugere a IFLA, é também essencial para a manutenção e o desenvolvimento da coleção. Este documento estabelece ainda os objetivos gerais e específicos, que devem orientar a coleção e definir quais os elementos que deverão ser incluídos. A elaboração da política documental é um processo complexo, no entanto, crucial para a definição de estratégias e critérios considerados essenciais para a tomada de decisões relativas à formação e ao desenvolvimento da coleção, que inclui ainda os processos de seleção da coleção, aquisição, avaliação da coleção, e desbaste de material bibliográfico e especial.

A coleção da biblioteca não é um recurso estático, mas sim dinâmico, que conta com a entrada constante de novos materiais e a saída de «materiais menos utilizados, desatualizados e gastos» (Ferreira, 2018, p. 62), de forma a garantir a sua relevância e o interesse para a comunidade. O seu desenvolvimento depende de fatores como «espaço, recursos financeiros, população abrangida pela biblioteca, proximidade de outras bibliotecas, papel regional das coleções, acesso a recursos eletrónicos, avaliação das necessidades locais, taxas de aquisição e eliminação e política de trocas de fundos com outras bibliotecas» (Koontz & Gubbin, 2013, p. 59).

Em relação à coleção da biblioteca CMS Rui Pena & Arnaut, esta é constituída por monografias, periódicos, revistas na área de direito. Resultada da compra e doação de

obras. A gestão da biblioteca CMS Rui Pena & Arnault está a cargo da administração da Sociedade de Advogados CMS Rui Pena & Arnaut.

3. Organização e representação (Descrição catalográfica - ISBD 2011 e classificação CDU) dos recursos de informação:

A Organização do Conhecimento integra o processo de construção e desenvolvimento das bibliotecas. Para Dahlberg, a Organização do Conhecimento é a ciência que procede à estruturação e sistematização de conceitos. «A partir dessa organização do conhecimento criam-se ferramentas que apresentam a interpretação organizada e estruturada do objeto, chamados de Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC)» (Dahlber, 2006, cit. por Carlan & Medeiros, 2011, p. 55). Os Sistemas de Organização do Conhecimento «ou esquemas de representação do conhecimento são instrumentos que fazem a tradução dos conteúdos dos documentos originais e completos, para um esquema estruturado sistematicamente, que representa esse conteúdo, com a finalidade principal de organizar a informação e o conhecimento e, conseqüentemente, facilitar a recuperação das informações contidas nos documentos» (Carlan & Medeiros, 2011, p. 55). Englobam, por isso, todos os tipos de esquemas que organizam e representam o conhecimento, tais como classificações, taxonomias, tesouros e ontologias. Estes sistemas de organização do conhecimento são também ferramentas de tratamento e recuperação da informação, que foram desenvolvidos também com o propósito de organizar os acervos da biblioteca e facilitar o seu acesso por parte dos utilizadores.

Tendo em consideração os sistemas de classificação bibliográfica, que foram desenvolvidos pela OC com a finalidade de procederem à organização dos acervos da biblioteca e, assim, facilitar o acesso às informações por parte dos seus utilizadores, a biblioteca CMS Rui Pena & Arnaut optou pela Classificação Decimal Universal. A Classificação Decimal Universal é um sistema de classificação decimal, que teve origem a partir da Classificação Decimal de Dewey. A Classificação Decimal Universal «é o sistema de classificação, desde sempre preferido na Europa e nos países em desenvolvimento não anglófonos, formados na tradição europeia de biblioteconomia. Regra geral, é utilizada para a organização física de grandes coleções em bibliotecas, assim como para a sua inventariação por assunto em catálogos» (Simões, 2010, p. 225), ou seja, a Classificação Decimal Universal tem como finalidade a descrição do «conteúdo informativo de um documento de forma sucinta» (Melro, 2006, p.103).

A «catalogação é uma operação técnica, através da qual se descreve um documento, recurso ou objeto e se estabelece um número variado de pontos de acesso à informação, a fim de que o utilizador encontre, identifique, selecione e obtenha a informação que necessita. Esta informação pode ser obtida numa unidade documental, num catálogo ou numa base de dados» (Marcos, 2014, p. 5). Em suma, a catalogação, para além de ter sido criada para ser aplicada de maneira adequada ao tipo específico de publicação (IFLA, 2005, p. 6) é uma técnica de gestão da informação fundamental nas bibliotecas, uma vez que está relacionada com a organização, o acesso e a recuperação da informação (Marcos, 2014, p. 5).

No que concerne à biblioteca CMS Rui Pena & Arnaut, esta aptou ainda pela ISBD Consolidada, que é um «documento que junta num só texto todas as ISBD em uso até 2011, atualiza as indicações de acordo com a norma FRBR (*Functional Requirements for Bibliographic Records*) e procura proporcionar regras coerentes para a descrição de todos os tipos de recursos, uniformizando procedimentos e apresentando especificações concretas para determinados tipos de recursos. (...) Esta norma de descrição dos documentos aplica-se a: texto impresso o recursos cartográficos; recursos eletrónicos, imagens em movimento; recursos multimédia; recursos de música impressa; imagens fixas; recursos contínuos (publicações em série e recursos integrantes)» (Marcos, 2014, p. 15).

3.3. Biblioteca CMS Rui Pena & Arnaut

A importância das bibliotecas especializadas nas organizações é cada vez maior. Nesse sentido, a constituição da biblioteca especializada deverá ser encarada como um instrumento essencial de trabalho na medida em que permite aos colaboradores da organização o aperfeiçoamento das suas capacidades através da atualização da informação, desenvolvimento de novos conhecimentos, que no caso das bibliotecas especializadas na área do Direito traduzem-se também na procura de soluções, que visam «subsidiar estratégias e ações jurídicas» (Vilela et al., 2018, p. [9]).

A biblioteca CMS Rui Pena & Arnaut é uma biblioteca especializada constituída por documentação produzida na área do Direito, que pretende através do seu acervo responder às solicitações dos seus utilizadores e, assim, suprir as necessidades da organização. Ainda em relação à biblioteca CMS Rui Pena & Arnaut, foi elaborado e aplicado um

inquérito por questionário dirigido ao responsável da instituição/biblioteca, utilizando para o efeito a aplicação *Google forms*. O inquérito tem a finalidade de permitir que a informação e os dados recolhidos possam ser analisados e posteriormente utilizados para «extrair modelos de análise e fazer comparações» (Bell, 2010, p. 26). No inquérito por questionário, a informação pode ser recolhida por meio de questionário «preenchido pelo inquirido» (Bell, 2010, p. 27).

Nas palavras de Ernest Abadal o questionário é «un instrumento estructurado para la recogida de datos primarios a grupos pequeños y grandes des personas com el objetivo de determinar los conocimientos, opiniones o actitudes de los encuestados sobre diversos aspectos» (Falgueras, 2004, p. 73). Sendo o questionário um instrumento de recolha de dados, elaboramos uma série de perguntas, que nos permitiram obter informações sobre a estrutura e organização da biblioteca CMS Rui Pena & Arnaut. O inquérito por questionário, segundo Quivy, dá a possibilidade de se «quantificar uma multiplicidade de dados e de proceder, por conseguinte, a numerosas análises de correlação» (Quivy, 2005, p. 189). Nesse sentido, optamos pela construção do inquérito por questionário compostos por perguntas abertas e fechadas.

Los dos principales tipos de cuestionario son los cerrados (...) y abiertos. En el caso del cuestionario cerrado, el investigador determina, previamente, cuáles son las diversas opciones de respuesta posibles (...). El cuestionario abierto, por su parte, permite no circunscribir las respuestas a opciones predeterminadas, ya que el encuestado puede responder com sus propias palabras (Falgueras, 2004, p. 74).

O questionário foi realizado com o objetivo de obtermos informações, dados referentes a estrutura e organização da biblioteca CMS Rui Pena e Arnaut. Nessa perspectiva elaboramos um questionário com um total de dezanove perguntas abertas e fechadas das quais:

as primeiras sete questões referem-se à estrutura da biblioteca CMS Rui Pena e Arnaut: “Qual a designação da Biblioteca”, “Missão da Biblioteca”, “Valores da Biblioteca”, “Visão da Biblioteca”, “Objetivos/ fins/ propósitos da Biblioteca”, “Existe uma Política de Gestão e Desenvolvimento da Coleção”, “Existe um Regulamento de Utilização”;

enquanto as restantes questões estão relacionadas com a organização da biblioteca: “Localização da Biblioteca no edifício”, “Organização da Biblioteca e a sua distribuição”, “Qual a norma de catalogação utilizada para o tratamento técnico dos documentos”, “Como é feita a comunicação entre a Biblioteca e os utilizadores”,

“Indique qual o Software utilizado para a Gestão da Biblioteca”, “Considera que o software utilizado está dimensionado para as necessidades dos seus utilizadores”, “Indique as razões”, “Como caracteriza os produtos disponíveis na Biblioteca”, “Quais os serviços disponibilizados (e parâmetros, como o horário, condições de acesso...)”, “Número de utilizadores e perfis”, “Indique o número de funcionários da Biblioteca”, “Qual a formação académica dos profissionais”.

Concluimos após análise às respostas das questões que foram colocadas no âmbito do questionário que a biblioteca CMS Rui Pena & Arnaut depende da competência de gestão da Administração da CMS Rui Pena & Arnaut Sociedade de Advogados. Pretende ser um referencial de competência, procurando por isso tornar-se numa biblioteca especializada na área do direito (visão). Apesar de não termos tido acesso, a biblioteca CMS Rui Pena & Arnaut garante a existência de uma política de desenvolvimento de coleções (instrumento fundamental para a formação, desenvolvimento, manutenção da coleção da biblioteca), e a existência do regulamento de utilização.

A biblioteca CMS Rui Pena & Arnaut considera que a sua missão passa por “garantir os serviços técnicos e os serviços de apoio ao utilizador, nomeadamente: seleção e aquisição de fundos bibliográficos, com base nas necessidades dos seus utilizadores; tratamento documental, nos vários tipos de suporte em que este se apresente; seleccionar e propor listas de abate de documentação que não seja relevante para o contexto desta biblioteca; promover iniciativas de comunicação e difusão do seu património bibliográfico; prestar orientação e apoio especializado nas pesquisas dos utilizadores”, pelo que, nesse sentido, confundem-se as atribuições/competências técnicas da biblioteca com a sua missão.

A biblioteca CMS Rui Pena & Arnaut é uma biblioteca especializada na área do Direito, e por isso, apresenta características que a diferem das restantes tipologias de bibliotecas, ou seja, serve uma comunidade de utilizadores com formação académica superior, constituída por advogados e estagiários com formação académica superior na área do Direito (134 utilizadores). Aposta na diversidade de suportes informacionais que compõem o seu acervo, estabelece uma contínua ligação com outras bibliotecas congéneres e centros de informação como é o caso da Biblioteca Nacional de Portugal, e da Biblioteca da Procuradoria-Geral da República, investe ainda na automação dos serviços, com o objetivo de proporcionar a recuperação da informação. O processamento documental na Biblioteca CMS Rui Pena & Arnaut está a cargo da bibliotecária

(catalogação, classificação e indexação funcionam de uma forma concertada para assegurar a normalização da descrição bibliográfica dos documentos e dos seus pontos de acesso). O Software Nyron de gestão de biblioteca foi o escolhido para a gestão da biblioteca. É um software que é utilizado por bibliotecas com uma dimensão maior (espaço ocupado pela biblioteca, número total de utilizadores, dimensão da coleção) como é o caso da Rede de Bibliotecas da Lourinhã. Esta aplicação está perfeitamente dimensionada para as necessidades da biblioteca e dos seus utilizadores.

A coleção da biblioteca CMS Rui Pena & Arnaut resulta da compra e da doação de recursos de informação, que são feitas pela CMS Rui Pena & Arnaut e por sócios e advogados da sociedade. É composta, maioritariamente, por monografias, periódicos, revistas na área de direito. O seu acervo é diversificado, encontra-se no piso 0 e nos restantes pisos (por área de prática) da sociedade de advogados CMS Rui Pena & Arnaut.

As bibliotecas especializadas distinguem-se das demais tipologias de bibliotecas pelas características do acervo, pelo leque variado de serviços que oferecem, no entanto, a biblioteca CMS Rui Pena & Arnaut, por se encontrar na fase inicial do processo de desenvolvimento da biblioteca especializada, oferece apenas os serviços de “consulta da coleção; apoio na procura de títulos, temas e informação, nomeadamente de legislação, jurisprudência, doutrina, entre outros; e formação a nível de utilização da base de dados”.

O desenvolvimento do Catálogo *on-line*, a inexistência de horário de funcionamento e a localização do acervo na biblioteca são fatores positivos que contribuem para o normal funcionamento da biblioteca CMS Rui Pena & Arnaut.

4. TAREFAS DESEMPENHADAS DURANTE O ESTÁGIO CURRICULAR

O relatório de estágio resulta também das atividades que foram realizadas ao longo do estágio curricular:

O desbaste é um processo contínuo e sistemático, que ocorre devido à necessidade da constante avaliação da coleção. Com o objetivo de manter a qualidade e a relevância da coleção, foi estabelecido pela Administração da CMS Rui Pena & Arnaut um conjunto de critérios como atualidade da informação, condição física do documento, uso reduzido ou inexistente, obras duplicadas não consultadas, que despoletou a necessidade de inventariação da bibliografia e a constituição de listas de abate das obras.

Foi então solicitado pela orientadora do estágio que se procedesse ao preenchimento em papel e posterior processamento informático da informação referente às listas, que correspondem às propostas de abate de bibliografia. Independentemente do motivo de abate, a informação que consta nas listas era idêntica, ou seja, os campos que foram preenchidos referiam-se à mesma informação (Título da obra, Autor, Editora, Nº/Volume/Série/Ano, Nº de caixa). Em alguns dos documentos inventariados, a informação não estava clara, em outras obrigava a uma observação mais minuciosa, tornando o processo um pouco mais moroso. À medida que a bibliografia era inventariada, foi separada e colocada em caixas com a indicação do número de caixa (total de 19 caixas). Foram constituídas para efeito três listas abate distintas:

- Lista de abate de bibliografia repetida: 121 obras inventariadas;
- Lista de abate de bibliografia sem interesse para a sociedade – 76 obras inventariadas;
- Lista de abate de bibliografia desatualizada – 314 obras inventariadas;



Figura 3. Desbaste da coleção - Biblioteca CMS Rui Pena & Arnaut. Foto: Marla Albuquerque

De igual modo, foram inventariadas monografias, periódicos e revistas com o objetivo de localizar um total de 97 obras (dados que foram confirmados: Título da obra, Autor, Editora, N°/Volume/Série/Ano) na sociedade de advogados (biblioteca, diferentes pisos da sociedade de advogados). Para tal, foi feita a pesquisa através de ficheiro composto por 14 *Sheets*, sendo cada uma referente a uma área prática diferente (correspondem a um total de 5.665 obras: Geral, África, Propriedade intelectual, Insolvência, Comunitário, Concorrência, Laboral, Contencioso, Arbitragem, Público, *Corporate*, Fiscal, Comercial, Imobiliário).



Figura 4. Inventariação de obras - Biblioteca CMS Rui Pena & Arnaut. Foto: Marla Albuquerque

- Foi feito e concluído o processo de inventariação e o respetivo processamento informático da bibliografia, que se encontra na biblioteca, mas pertence a advogados da sociedade. Para o efeito, foram criadas sete listas relativas à bibliografia pertencente a diferentes advogados da sociedade: 171 obras inventariadas (informação retida: Título da obra, Autor, Editora);



Figura 5. Biblioteca CMS Rui Pena & Arnaut (Direito do Trabalho). Foto: Marla Albuquerque



Figura 6. Biblioteca CMS Rui Pena & Arnaut (Direito do Trabalho). Foto: Marla Albuquerque

De salientar que, após a criação dos ficheiros (listas de abate de bibliografia repetida, sem interesse para a sociedade, e desatualizada), estes foram encaminhados via *email* para a orientadora do estágio. Foi também dada a informação sobre as 97 obras inventariadas (localização na sociedade). De igual modo, as listas referentes à bibliografia que se encontrava na biblioteca pertencente aos advogados da sociedade foram também encaminhadas para a orientadora do estágio por *email*.

A catalogação, que consiste no registo de um conjunto de informações referentes às monografias, foi efetuada com o recurso ao software de gestão de biblioteca “Nyron”, que se caracteriza por ser um software de gestão de bibliotecas, que possibilita a catalogação de recursos informacionais variados, o controle de autoridades e de vocabulário, e a gestão da circulação do acervo, que envolve os processos de consulta, empréstimo e devolução. O software permite ainda a interoperabilidade entre sistemas de gestão de bibliotecas (Biblioteca Nacional de Portugal, Biblioteca da Procuradoria-Geral da República). A catalogação foi feita em conformidade com a informação facultada via *email* pela orientadora local (informação disponível no *software* “KnowledgeMill”) e de acordo com as diretrizes, normas e modelos: Descrição catalográfica ISBD 2011 e

classificação CDU, respetivamente. Total de áreas intervencionadas no âmbito da catalogação – Laboral e Imobiliário:

- Total de monografias catalogadas: 140 obras;
- Total de registos (catalogação: inclui: novos registos, alterações, estabelecimento da cota, adicionar imagens (arquivo digital), correções entre outros...): 1.035 Registos;
- Total de descritores criados: 324 (termos que representam o conteúdo do documento);
- Classificação CDU criadas: 98 (representam o conteúdo do documento);
- Total de autores criados: 137;
- Total de coletividade autor: 12;
- Total de etiquetas alteradas (monografias - alteração de cotas): 134;
- Arquivo digital (associação de conteúdos eletrónicos) – 141 imagens;
- Digitalização da capa das obras;
- Recuperação de imagens em falta (capa das obras) através da pesquisa efetuada em base de dados das respetivas Editoras.

Os dados indicados referentes à Catalogação estão disponíveis no Software de Gestão de Bibliotecas “Nyron” (Relatório - “Bibliográficos” – criado por (indicação do utilizador).

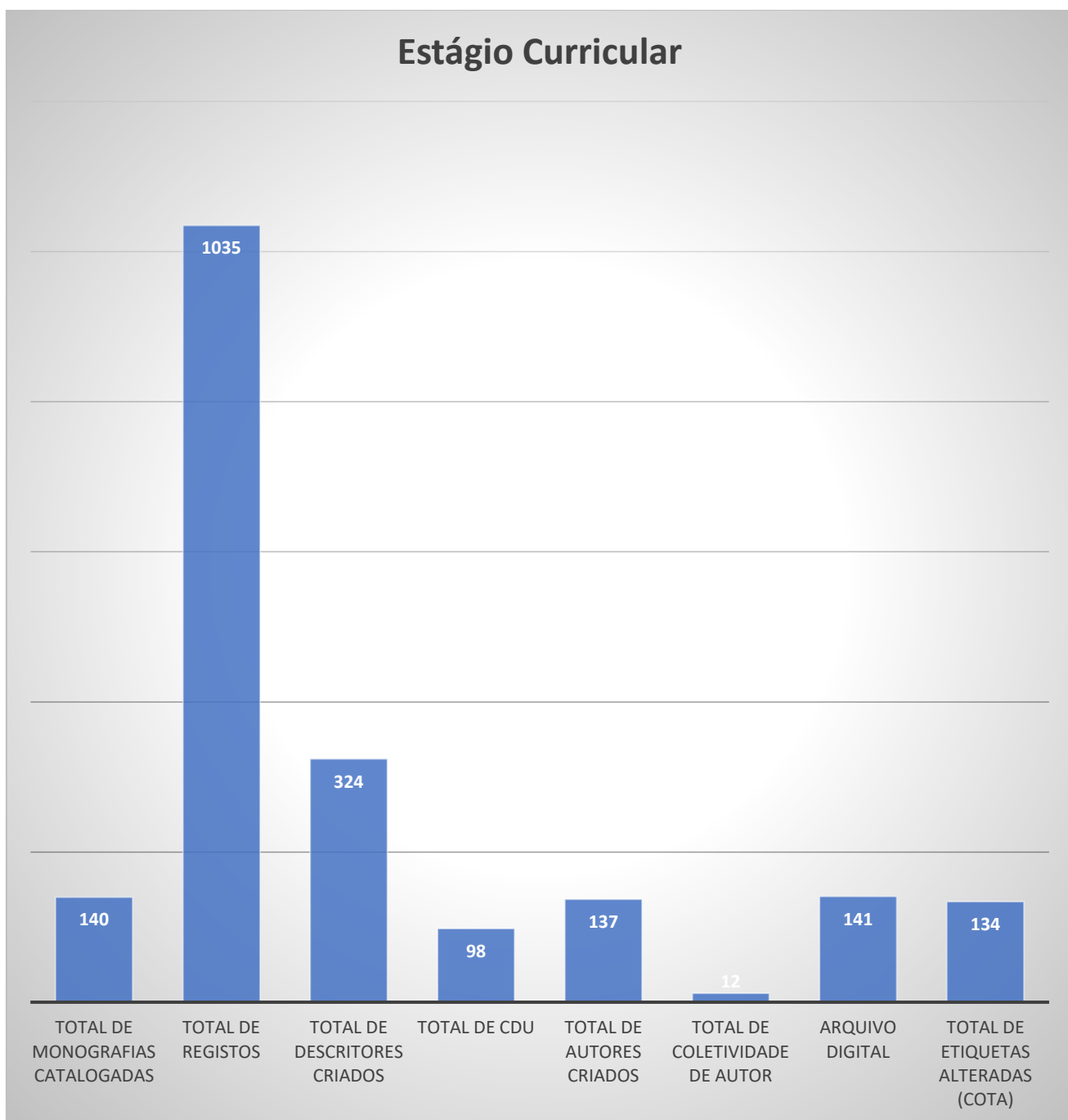


Figura 7. Resumo de tarefas desempenhadas no âmbito do Estágio Curricular.

CONCLUSÃO

Relembramos que o presente Relatório de estágio resultou da parceria que foi acordada entre a Sociedade de Advogados CMS Rui Pena & Arnaut e a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, e é consequência do trabalho que foi realizado durante o estágio curricular, no âmbito do projeto *Knowledge Law Libray*, que teve como objetivo o desenvolvimento de uma biblioteca especializada na área do Direito. Para além de dar a conhecer o projeto *Knowledge Law Libray* e todo o trabalho que foi realizado durante o estágio curricular, o relatório de estágio permitiu ainda responder perante os objetivos que foram definidos, tendo em conta as expectativas definidas pela entidade acolhedora do estágio curricular.

A concretização dos objetivos que foram atempadamente propostos passou também pela adoção de uma estratégia metodológica baseada numa abordagem qualitativa, que inclui para o efeito o método de análise documental, que abrange a recolha e a análise de documentos sobre o tema em análise, (enquadramento teórico, revisão de literatura). Também a aplicação de questionário dirigido ao responsável da instituição/biblioteca, utilizando para o efeito a aplicação *Google forms*, com questões abertas e fechadas e, conseqüentemente, a análise e interpretação dos dados, bem como a discussão dos resultados. Esta abordagem qualitativa foi ainda complementada com o método de estudo orgânico-funcional.

O estágio curricular teve como objeto de estudo o desenvolvimento de uma biblioteca especializada, tendo-se procurado, nesse sentido, compreender o processo evolutivo das bibliotecas especializadas, a importância das mesmas na sociedade de informação, a forma como são geridas as coleções, a relação e o impacto que a organização do conhecimento tem nestes sistemas de informação. Deste modo, tornou-se essencial para o desenvolvimento do relatório de estágio.

Começamos por identificar as circunstâncias do aparecimento das bibliotecas especializadas e a evolução do conceito. Concluimos que as bibliotecas especializadas surgiram no início do século XX, sendo o resultado do desenvolvimento científico e tecnológico. O progresso científico e tecnológico iniciado no fim da Segunda Guerra Mundial posiciona a informação como um fator essencial, de fácil acesso e crucial para o desenvolvimento social. As bibliotecas têm vindo a ganhar, ao longo dos séculos, expressão e importância no seio da sociedade, e são vistas como um local privilegiado

que permite o acesso a essa informação. Reclamam por isso um importante papel no processo de transformação da informação em conhecimento. Neste contexto, eleva-se a importância das bibliotecas especializadas para as organizações da qual fazem parte, pois compete-lhes «tornar acessível qualquer conhecimento ou experiência» (Miranda, 2018, p. 99), contribuindo desta forma para a concretização de objetivos e o desenvolvimento da instituição da qual fazem parte. Em relação ao conceito, privilegiou-se inicialmente a coleção, a satisfação das necessidades, sendo que atualmente as bibliotecas especializadas são entendidas também como espaços de «organização de informação e criação de conhecimento» (Revez, 2019, p. 97).

No que diz que respeito aos serviços oferecidos pela biblioteca especializada e as competências dos profissionais afetos a este sistema de informação, concluímos que o leque de serviços prestados se expandiu em relação aos tradicionais serviços oferecidos pelas bibliotecas. Em relação às competências dos profissionais afetos a este sistema de informação, consideramos tal como a Special Libraries Association, que estes deverão ter a responsabilidade de atender às necessidades de informação e conhecimento da sua entidade e comunidade. Nesse sentido, espera-se que sejam desenvolvidas competências no âmbito dos serviços de informação e conhecimento, dos sistemas e tecnologia da informação e conhecimento, na gestão dos recursos de informação e conhecimento, na recuperação e análise de informação, na organização de dados, na informação e ativos de conhecimento, e ética da informação².

«Na sociedade da informação, o conhecimento é renovado aceleradamente, (...) tornando imprescindível a elaboração de políticas de atualização e expansão dos acervos voltados para o perfil dos utilizadores» (Miranda, 2007, p. 87). O que nos levou a concluir que a satisfação das necessidades informacionais dos utilizadores corresponde a uma das premissas das bibliotecas especializadas, mas, para que tal seja possível, a coleção deverá ser assegurada. Tal como é sugerido pela IFLA, concluímos que cada sistema bibliotecário deverá adotar uma política de gestão da coleção, que tenha a capacidade de garantir a manutenção e o desenvolvimento das coleções da biblioteca, bem como o acesso aos seus recursos. Aprovada pelo órgão responsável pelo serviço da biblioteca, a política de gestão da coleção apresenta-se sob a forma de um documento, que define objetivos gerais e específicos, que orientam a gestão da coleção e definem os elementos que poderão ser

² SLA Connecting Information Professionals, Competencies for Information Professionals. Consultado em Julho 12, 2020 em: <https://www.sla.org/about-sla/competencies/>

incluídos. Impera-se assim a necessidade de as bibliotecas e as suas das equipas de trabalho adotarem uma política documental, que privilegie o desenvolvimento da coleção, o estabelecimento de normas e diretrizes que conduzam a formação e o crescimento do acervo bibliográfico, de forma a assegurar a qualidade e a credibilidade da coleção, ou seja, a «política deve (...) descrever a estrutura para a formação das coleções» (Weitzel, 2012, p. 182). Nesse sentido, quer a missão, quer os objetivos da biblioteca e da instituição acabam por assumir também um papel preponderante na medida irão conduzir a formação e o desenvolvimento das coleções das bibliotecas (Weitzel, 2012, p. 182). O documento identifica ainda as necessidades informacionais da comunidade a ser servida, o orçamento e as políticas de seleção, aquisição, avaliação, desbaste e preservação da coleção.

Formar e desenvolver coleções são processos que não se resumem apenas à aquisição de obras, pelo contrário o desenvolvimento de coleções para além de envolver diferentes fases como o estudo da comunidade (perfil dos utilizadores), políticas de seleção, aquisição, desbastamento e avaliação, é um processo cíclico e contínuo (Vergueiro, 1989; Evans, 2000, cit. por Weitzel, p. 180). O que nos levou a concluir que a elaboração da política documental é uma tarefa complexa, no entanto, essencial para estabelecer estratégias, delimitar critérios que fundamentam o processo de tomada de decisões relativas à formação e ao desenvolvimento da coleção. A política de desenvolvimento de coleções, para além de se apresentar como uma ferramenta de planeamento, que inclui os processos de seleção da coleção, aquisição, avaliação da coleção e o desbaste de material bibliográfico e especial (Miranda, 2007, p. 91).

A política de seleção da coleção, consiste num conjunto de diretrizes e normas, que procuram estabelecer práticas, definir estratégias e instrumentos e delinear critérios, que permitam facilitar a constituição e o desenvolvimento de coleções. A seleção está completamente ligada à finalidade da biblioteca, e direcionada para a satisfação das necessidades informacionais dos seus utilizadores, o que leva alguns autores admitirem que se trata da etapa mais importante da política de desenvolvimento de coleções.

A coleção constitui-se através da compra, doação e permuta. A compra exige que se tenha informação sobre a área de conhecimento e a bibliografia correspondente, por isso, é um processo complexo, que pretende assegurar uma correlação entre o que se pretende comprar e os recursos adquiridos. A permuta e a doação contam com a análise dos recursos antes que sejam incorporados no acervo, evitam assim a inadequação dos materiais cedidos em relação à realidade dos interesses a que se destinam (Miranda, 2007,

p. 90). Tanto a avaliação da coleção, como o desbaste são procedimentos contínuos e sistemáticos, que pretendem assegurar a qualidade da coleção. A avaliação da coleção utiliza para o efeito métodos quantitativos e qualitativos, que permitem manter e alterar os critérios referentes à aquisição, acessibilidade e descarte (Miranda, 2007, p. 91). Enquanto o descarte, para além de resultar da necessidade de avaliar de forma constante a coleção, realiza-se de acordo com os objetivos da biblioteca e as decisões tomadas pela equipa ou comissão da biblioteca.

Concluída a nossa discussão sobre a política documental, essencial para a manutenção e o desenvolvimento da coleção, iniciamos a discussão em torno da Organização do Conhecimento e o seu impacto ao nível das bibliotecas.

A construção de uma biblioteca é um processo complexo e essencial para o funcionamento da biblioteca e satisfação das necessidades dos seus utilizadores. Envolve por isso um conjunto de etapas, que incluem aspetos como a missão, a visão, os objetivos traçados pela biblioteca, a política de desenvolvimento das coleções, e os recursos humanos, financeiros e técnicos afetos ao processo.

«The domain of knowledge organization is in continuous development. It is also a relatively autonomous, interdisciplinary space. It interfaces with other subject areas and is concerned with issues of a theoretical and methodological nature that contribute to the systematization, production, organization, dissemination, representation, and retrieval of information in different (...) contexts. (Castanha & Wolfram, 2018, p. 14). Nesse sentido, a Organização do Conhecimento é também essencial para o processo de construção da biblioteca, pois «é a área de estudos voltada às atividades de organização, representação e recuperação da informação» (Lima & Alvares, 2012, p. 27), por isso, torna-se fundamental para a representação ordenada do conhecimento, o que implica também a escolha de um método de descrição, formalização e representação do conhecimento. No âmbito das bibliotecas, esta conexão concretiza-se por meio dos Sistemas de Organização do Conhecimento, que são concebidos pela OC com o desígnio de organizar os acervos da biblioteca e deste modo facilitar o seu acesso por parte dos utilizadores. Os Sistemas de Organização do Conhecimento são vistos ainda como mecanismos de organização de informação e, por isso, são considerados o “coração” dos sistemas de recuperação das bibliotecas, museus, e arquivos (Hodge, 2000, p. 3).

A parte teórica culminou com a elaboração do estudo orgânico funcional, que nos permitiu conhecer a história da instituição, a estrutura orgânica da entidade produtora,

bem como a necessidade da instituição em investir e desenvolver o projeto “Knowledge Law Library”.

A realização do questionário dirigido ao responsável da biblioteca permitiu-nos ainda consolidar a análise sistémica da biblioteca especializada CMS Rui Pena & Arnaut. Podemos constatar que a biblioteca CMS Rui Pena & Arnaut depende da gestão da Administração da CMS Rui Pena & Arnaut Sociedade de Advogados, ambiciona tornar-se numa biblioteca especializada na área do direito (visão), garantido assim os serviços técnicos e de apoio ao utilizador (missão). Concluímos, nesta fase da discussão, que a biblioteca CMS Rui Pena & Arnaut apresenta as características de uma biblioteca especializada. Nesse sentido, tem uma dimensão em termos de espaço físico menor que as bibliotecas congéneres, a coleção e os recursos humanos afetos também são inferiores em relação às restantes tipologias de bibliotecas. Verifica-se também uma interação contínua com outras bibliotecas e centros de informação, como é o caso da Biblioteca Nacional de Portugal, Biblioteca da Procuradoria-Geral da República, entre outros.

O acervo é composto por diferentes suportes informacionais, que resultam da compra e de doações, que são feitas pela CMS Rui Pena & Arnaut e por sócios e advogados da sociedade. A coleção é composta, maioritariamente, por monografias, periódicos, revistas na área de direito. Encontra-se no piso 0 e nos restantes pisos (por área de prática) da sociedade de advogados CMS Rui Pena & Arnaut.

Como em qualquer biblioteca especializada, a automação dos serviços possibilita uma melhor recuperação da informação. Nesse sentido, na biblioteca CMS Rui Pena & Arnaut, para além do processamento documental estar a cargo da bibliotecária da biblioteca (catalogação e classificação/indexação funcionam de uma forma concertada para assegurar a normalização da descrição bibliográfica dos documentos e dos seus pontos de acesso), está a ser feito com o recurso ao software de gestão de bibliotecas “Nyron”.

Apesar de a maioria das bibliotecas especializadas terem vindo a alargar o leque de serviços oferecidos pela biblioteca, a biblioteca CMS Rui Pena & Arnaut oferece apenas os serviços de consulta da coleção; apoio na procura de títulos, temas e informação, nomeadamente de legislação, jurisprudência, doutrina, entre outros; bem como formação a nível de utilização da base de dados.

À semelhança das restantes bibliotecas especializadas, também os utilizadores da biblioteca CMS Rui Pena & Arnaut possuem formação académica numa determinada área do conhecimento, sendo a clientela desta biblioteca formada por 134 utilizadores exigentes formados na área do Direito.

O Catálogo *on-line*, a inexistência de um horário de funcionamento restritivo e a localização do acervo na biblioteca são fatores positivos, que contribuem para o normal funcionamento da biblioteca CMS Rui Pena & Arnaut.

A segunda parte do trabalho foi dedicada à descrição do trabalho técnico realizado no âmbito do estágio curricular. Teve início com o desbaste da coleção e terminou na classificação (CDU), e descrição catalográfica (ISBD 2011) dos recursos de informação efetuados com o recurso ao software de gestão de bibliotecas “Nyron”.

O desbaste é um processo necessário, contínuo e sistemático de avaliação da coleção. Tem a finalidade de manter a qualidade e a relevância da coleção. Por esse motivo, foi estabelecido pela Administração da CMS Rui Pena & Arnaut um conjunto de critérios como atualidade da informação, condição física do documento, uso reduzido ou inexistente, obras duplicadas não consultadas, que despoletou a necessidade de inventariação da bibliografia e constituição de listas de abate das obras. Este processo iniciou-se com a separação da bibliografia, passou pela fase de processamento informático da informação e culminou no acondicionamento da documentação em caixas previamente identificadas.

No que se refere à organização dos acervos da biblioteca, e tendo em conta os Sistemas de Organização do Conhecimento que foram desenvolvidos com o propósito de efetuarem a organização dos acervos da biblioteca e assim facilitar o acesso à informação, a biblioteca CMS Rui Pena & Arnaut, decidiu-se pela Classificação Decimal Universal, que é um sistema de classificação decimal, que tem como objetivo descrever o conteúdo do documento (Melro, 2006, p.103).

E em relação à catalogação a biblioteca CMS Rui Pena & Arnaut aptou ainda pela ISBD Consolidada. A «catalogação, ou representação descritiva consiste em descrever determinada obra de modo que os utilizadores de qualquer unidade de informação consigam, facilmente, aceder os conteúdos que necessitam, seja no ambiente virtual ou local» (Azevedo, 2013, p 10). Este registo foi realizado com o recurso ao software de gestão de biblioteca “Nyron”. Este software permite ainda a interoperabilidade entre sistemas de gestão de bibliotecas como é o caso da Biblioteca Nacional de Portugal, Biblioteca da Procuradoria Geral da República entre outros.

Em termos gerais, os objetivos definidos para o estágio foram cumpridos, sem apresentarem grandes dificuldades a nível prático, e muito se deve às competências adquiridas durante o período curricular do mestrado. Em relação ao desenvolvimento da biblioteca especializada na CMS Rui Pena & Arnaut Sociedade de Advogados, o projeto continuou uma vez que é uma das apostas da Administração da CMS Rui Pena & Arnaut Sociedade de Advogados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abadal, Ernest (2004). *Gestión de proyectos en información y documentación*. Gijón (Asturias): Ediciones Trea, S. L.
- Bell, J. (2010). *Como realizar um projeto de investigação: um guia para a pesquisa em ciências sociais e da educação* (5.^a ed.). Lisboa: Gradiva.
- Ellis, A. (2018). Knowledge Organization: From Term to Concept, From Concept to Domain. *Knowledge Organization, Ergon -Verlag* Vol. 45(2), 125-136
- Fortin, M. F. (2003). *Processo de Investigação: Da conceção à realização*. Loures: Lusociência.
- Gonçalves S. P., Gonçalves J.P., Marques, C. G. (2021). *Manual de investigação qualitativa - Conceção, análise e aplicações*. Lisboa: Pactor
- Quivy, R., Campenhoudt, L. V. (2005). *Manual de Investigação em Ciências Sociais* (4^a ed.). Lisboa: Gradiva
- Taylor, Steven J., Bogdan, Robert, DeVault, Marjorie L. (2016). *Introduction to Qualitative Research Methods A Guidebook and Resource* (4^a ed.). New Jersey: John Wiley & Sons, Inc., Hoboken.
- Azevedo, M. de F. S. de A. (2013). *Organização do Conhecimento : Um Estudo Bibliométrico*. Disponível em: <http://repositorio.furg.br/handle/1/5914>.
- Baughman, J. C. (1977). *Toward a Structural Approach to Collection Development*. College & Research Libraries. Disponível em: https://doi.org/10.5860/crl_38_03_241
- Camillo, E. da S., Ota, A. S., Castro, F. G., Schiavinoto, R., & Andrade, R. A. (2017). *Organização do Conhecimento: Henry Evelyn Bliss e sua terminologia refletidos na Knowledge Organization Journal*. Biblionline. Disponível em: Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/biblio/article/view/30979>
- Caribe, R. de C. D. V. (2017). *A biblioteca especializada e o seu papel na comunicação científica para o público leigo*. *Revista Ibero-Americana de Ciência Da Informação*. Disponível em: <https://doi.org/10.26512/rici.v10.n1.2017.2511>

- Carlan, E., & Medeiros, M. B. B. (2011). Sistemas de Organização do Conhecimento na visão da Ciência da Informação. Revista Ibero-Americana de Ciência Da Informação. Disponível em: <https://doi.org/10.26512/rici.v4.n2.2011.1675>
- Corujo, L., Revez, J., & Silva, C. G. (2020). Organização do conhecimento durante o processo de investigação : utilização do ATLAS . ti em duas teses de Doutorado. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10451/38207>
- Coutinho, C., & Lisboa, E. (2011). Sociedade da informação, do conhecimento e da aprendizagem: desafios para educação no século XXI. Revista de Educação. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10451/38207>
- Craveiro, M. C. (2007). Formação em Contexto. Um estudo de caso no âmbito da pedagogia da infância. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11796/1232>
- Ferreira, N. (2018). Gestão da coleção da Biblioteca Municipal da Lourinhã, Estudo de Caso. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10451/36667>
- Figueiredo, N. (1978). Serviços oferecidos por bibliotecas especializadas: uma revisão da literatura. R. Bras. Bibliotecon. Doc. Disponível em: [18195 \(brapci.inf.br\)](http://brapci.inf.br/18195)
- Figueiredo, N. (1979). Bibliotecas universitárias e especializadas: paralelos e contrastes. Disponível em: [pdf_f05f908822_0016855.pdf \(brapci.inf.br\)](http://brapci.inf.br/pdf_f05f908822_0016855.pdf)
- Gomes, H. E. (2009). Tendências da pesquisa em organização do conhecimento. Disponível em: [Grupo de Trabalho 2: ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO \(brapci.inf.br\)](http://brapci.inf.br/Grupo%20de%20Trabalho%202%20ORGANIZA%C3%87%C3%83O%20E%20REPRESENTA%C3%87%C3%83O%20DO%20CONHECIMENTO)
- Henkle, H. (2007). PRODUCTION NOTE University of Illinois at Urbana-Champaign Library Large-scale Digitization Project, 2007. Library Trends. Disponível em: [librarytrends/v6i3_opt.pdf \(illinois.edu\)](http://illinois.edu/librarytrends/v6i3_opt.pdf)
- Hernández, J. A. G. (2002). Gestión de bibliotecas. Disponível em: [Gestin de Bibliotecas](http://brapci.inf.br/Gestin%20de%20Bibliotecas)
- Hodge, G. (2000). Systems of Knowledge organisation for digital libraries: Beyond Traditional Authority Files. In CEUR Workshop Proceedings (Vol. 37, Issue April). Disponível em: [pub87front.12-7 \(clar.org\)](http://clar.org/pub87front.12-7)
- IFLA. (2005). BIBLIOTECAS E INSTITUIÇÕES ISBD (M) Descrição Bibliográfica

Internacional Normalizada para as Publicações Monográficas (International Standard Bibliographic Description for Monographic Publications) Recomendada pelo Grupo de Revisão da ISBD Aprovada p. M. Disponível em: [Microsoft Word - isbd_M .doc \(ifla.org\)](#)

Koontz, C., & Gubbin, B. (2013). Diretrizes da IFLA Sobre os Serviços da Biblioteca Pública. (2ª ed.) Lisboa: Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas. Disponível em: [Diretrizes da Ifla Sobre os Serviços da Biblioteca Pública](#)

Larson, E. (1983). Reference and information services in special libraries. Library Trends. [librarytrendsv31i3j_opt.pdf \(illinois.edu\)](#)

Lima, R. C. M. de, & Figueiredo, N. (1984). *Seleção e Aquisição: da visão Classica à Moderna Aplicação de Técnicas Bibliométricas*. Disponível em: <http://ridi.ibict.br/handle/123456789/394>

Lima, J., & Alvares, L. (2012). Organização e representação da informação e do conhecimento. September. Disponível em: [Organização grafica.indd \(researchgate.net\)](#)

Luz, E. F. R. M. da. (2013). Bases para a Implementação de uma Política de Desenvolvimento de Coleções Bases para a Implementação de uma Biblioteca Universitária. Disponível em: [Disponível em: http://hdl.handle.net/10451/12282](http://hdl.handle.net/10451/12282)

Malheiro da Silva, A. (2015). Arquivo, biblioteca, museu, sistema de informação: em busca da clarificação possível... Cadernos BAD. Disponível em: [Arquivo, biblioteca, museu, sistema de informação : em busca da clarificação possível... | Silva | Cadernos BAD](#)

Marcos, I. V. (2014). Análise e Linguagens Documentais II. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.2/4897>

Melro, M. do C. (2006). A Classificação Decimal Universal (CDU): Uma prática na Biblioteca da UFP. Revista Da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. <http://hdl.handle.net/10284/594>

Miranda, A. (2018). Gestão de coleções para Bibliotecas Especializadas: Uma perspectiva teórica para o planejamento de recursos informacionais. Disponível em: [Gestão de coleções para bibliotecas especializadas: uma perspectiva teórica](#)

para o planejamento de recursos informacionais | Miranda | Ciência da Informação em Revista (ufal.br)

- Miranda, A. C. (2007). Formação e desenvolvimento de coleções em bibliotecas especializadas. Disponível em: [INFO n 01 - 2007.pmd \(brapci.inf.br\)](http://brapci.inf.br/brapci/revista/2007/01/01_01.pdf)
- Miranda, A., Gallotti, M. M. C., & Miranda, E. S. de. (2016). A gestão da qualidade como estratégia de suporte para o desenvolvimento de coleções em bibliotecas jurídicas. RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência Da Informação. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/rdbci.v14i2.8643771>
- Miranda, R. J. P. (2009). Qual a relação entre o pensamento crítico e a aprendizagem de conteúdos de ciências por via experimental?: um estudo no 1º Ciclo. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10451/5489>
- Regedor, A. (2014). Bibliotecas, Informação, Cidadania. Políticas Bibliotecárias em Portugal. Séculos XIX-XX. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10284/4291>
- Revez, J. M. R. (2019). O papel das bibliotecas na investigação científica: percepções, comportamento informacional e impacto. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10316/87349>
- Sales, R. De. (2015). O Diálogo entre a Organização do Conhecimento e a Ciência da Informação na Comunidade Científica da ISKO-BRASIL. Disponível em: <http://hdl.handle.net/123456789/2794>
- Silva, C. da C. (2015). ARCHIV-AVE: património documental da bacia do Ave. Análise do Sistema de Informação dos serviços hidráulicos do Cávado e Ave. Disponível em: <http://weekly.cnbnews.com/news/article.html?no=124000>
- Simões, M. da G. (2010). A representação de etnia e a sua evolução na CDU. Tese de Doutoramento. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10316/20839>
- Vergueiro, W. de C. (1993). Desenvolvimento de coleções: uma nova visão para o planejamento de recursos informacionais. Disponível em: [Desenvolvimento de coleções: uma nova visão para o planejamento de recursos informacionais | Ciência da Informação \(ibict.br\)](http://www.ibict.br/revista/2007/01/01_01.pdf)
- Vilela, C. L., Leopoldo, N. R., & Chierghini, C. (2018). A Função social da Biblioteca Especializada na área jurídica sob a visão do bibliotecário. Disponível em: [Vista do](#)

A FUNÇÃO SOCIAL DA BIBLIOTECA ESPECIALIZADA NA ÁREA
JURÍDICA SOB A VISÃO DO BIBLIOTECÁRIO (ufmg.br)

Weitzel, S. da R. (2012). Desenvolvimento de coleções: Origem dos fundamentos contemporâneos. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0103-37862012000300003>

Weitzel, S. R. (2002). O desenvolvimento de coleções e a organização do conhecimento: suas origens e desafios. Disponível em: [pdf_929fb1f298_0012875.pdf](#) (brapci.inf.br)

APÊNDICE A - Questionário CMS Rui Pena & Arnaut

Biblioteca CMS Rui Pena & Arnaut

No âmbito do Estágio Curricular, do Mestrado em Ciências da Documentação e Informação da FLUL solicito o preenchimento do seguinte questionário, tendo em vista a sua análise para a elaboração do respetivo Relatório de Estágio.

Os elementos obtidos através deste estudo serão utilizados apenas no âmbito do mesmo, sendo as respostas anónimas, salvaguardando-se a identidade do(s) participante(s), especialmente tendo em conta os artigos 4.º e 18.º do Regulamento Geral da Proteção de Dados (relativos ao consentimento e tratamento dos dados obtidos), podendo o(s) participante(s), ao abrigo dos artigos 5.º, 13.º e 14.º do mesmo diploma legal, pedir esclarecimentos quanto ao questionário e solicitar informação posterior dos resultados

Qual a designação da Biblioteca? *

Biblioteca CMS Rui Pena & Arnaut

Missão da Biblioteca? *

A MISSÃO da Biblioteca é a de garantir os serviços técnicos e os serviços de apoio ao utilizador, nomeadamente:

- Seleção e aquisição de fundos bibliográficos, com base nas necessidades dos seus utilizadores;
- Tratamento documental, nos vários tipos de suporte em que este se apresente;
- Selecionar e propor listas de abates de documentação que não sejam [já] relevantes para o contexto desta Biblioteca;
- Promover iniciativas de comunicação e difusão do seu património bibliográfico;
- Prestar orientação e apoio especializado nas pesquisas dos utilizadores;

Valores da Biblioteca? *

Queremos pautar-nos por um código ético, cujos valores se orientam num comportamento para que a qualidade seja uma constante:

- Atitude centrada no utilizador;
- Qualidade e inovação;
- Responsabilidade e profissionalismo;
- Manter as suas competências técnicas e conhecimentos atualizados;

A Visão da Biblioteca? *

Ser um referencial de competência, procurando tornar-se numa biblioteca especializada na área do direito.

Objetivos/ fins/ propósitos da Biblioteca? *

(ver missão da Biblioteca)

Existe uma Política de Gestão e Desenvolvimento da Coleção? *

Sim.

Existe um Regulamento de Utilização? *

Sim.

Localização da Biblioteca no edifício? *

A biblioteca central no Piso 0. Núcleos bibliográficos por área de prática.

Organização da Biblioteca e a sua distribuição? *

Na biblioteca do piso 0 estão sobretudo as publicações periódicas. Existem também algumas monografias cujo conteúdo já se encontra desatualizado mas que ainda podem ser solicitadas pelos utilizadores. Nos pisos estão as monografias, por área de prática, geralmente a edição mais recente e alguns periódicos cujo tema é específico daquela área.

Qual a norma de catalogação utilizada para o tratamento técnico dos documentos? *

Seguimos a Descrição bibliográfica internacional normalizada (ISBD) Ed. Consolidada e as Regras Portuguesas de Catalogação.

Como é feita a comunicação entre a Biblioteca e os utilizadores? *

Geralmente é feita através de email, ou através da Newsletter da Biblioteca

Indique qual o Software utilizado para a Gestão da Biblioteca? *

Nyron da empresa Wecul

Considera que o software utilizado está dimensionado para as necessidades dos seus utilizadores? *

Sim

Não

Indique as razões? *

É um software normalizado, que obedece ao formato UNIMARC. É muito completo, permite a utilização por um número grande de utilizadores, o módulo e catalogação permite o tratamento de diversas tipologias, tem incorporado o módulo de indexação, empréstimos e aquisições, kardex, estatísticas (este último muito completo). Tem ainda incorporado os serviços de OAI-PMH que permitem a obtenção de conjuntos de dados (BN e BLX) que nos permite economizar recursos. Permite incorporar imagens (pdf, JPEG, etc.) e filmes. Tem um sistema de autoridades que permite a alteração/correção de qualquer descritor, sendo automaticamente corrigido nos registos em que aquele está inserido (seja I ou I000), entre outros.

Como caracteriza os produtos disponíveis na Biblioteca? *

Adequados a uma biblioteca jurídica privada.

Quais os serviços disponibilizados (e parâmetros, como o horário, condições de acesso...)?

*

A biblioteca da CMS-RPA é de acesso restrito aos seus colaboradores e não tem um horário fixo, uma vez que as diversas bibliotecas são de acesso aberto, não se efetuando empréstimos nem reservas. Os utilizadores poderão consultar e levar as obras sempre que entendam e deverão depois depositá-las nos respetivos cestos que existem para o efeito em cada piso, onde serão posteriormente arrumadas pela Bibliotecária diariamente. Existe mensalmente acções de formação a nível de utilização da base de dados, consulta das coleções, acesso ao catálogo, etc. Damos constantemente apoio nas pesquisas bibliográficas, nomeadamente de legislação, jurisprudência, doutrina, etc.

Número de utilizadores e perfis? *

134

Indique o número de funcionários da Biblioteca? *

1

Qual a formação académica dos profissionais? *

Licenciada em História, com diversas formações na área, administradas, entre outras, pela BAD- Associação de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas. Frequenta o Mestrado em Ciências Documentais e Bibliotecas Escolares na Universidade Aberta. Tem também artigos publicados relacionados com arquivos e bibliotecas.

Este formulário foi criado dentro de Universidade de Lisboa.

Google Formulários